



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM ETNODESENVOLVIMENTO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA - PA
TURMA FLEXIBILIZADA NO CAMPUS MARAJÓ-SOURE
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE - FACETNO**

**HORTA MEDICINAL, SABERES E ETNOCONHECIMENTOS NO CUIDADO DA
SAÚDE NA COMUNIDADE RIBEIRINHA "MENINO DEUS" RIO ANAPU- IG-
MIRÍ\ PARÁ.**

**IGARAPÉ - MIRI (PA)
2020**

MARIA DA CONCEIÇÃO MIRANDA DOS SANTOS

**HORTA MEDICINAL, SABERES E ETNOCONHECIMENTOS NO CUIDADO DA
SAÚDE NA COMUNIDADE RIBEIRINHA "MENINO DEUS" DO RIO ANAPU/ IG-
MIRÍ.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciada e Bacharel em Etnodesenvolvimento pela Universidade Federal do Pará - UFPA.

Orientador: Reinaldo de Sousa Marchesi.

**IGARAPÉ - MIRI (PA)
2020**

MARIA DA CONCEIÇÃO MIRANDA DOS SANTOS

**HORTA MEDICINAL, SABERES E ETNOCONHECIMENTOS NO CUIDADO DA
SAÚDE NA COMUNIDADE RIBEIRINHA "MENINO DEUS" RIO ANAPU/ IG-
MIRI/PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Universidade Federal do Pará, do Curso de Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade do Campus Universitário de Soure/Marajó, como requisito avaliativo para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Etnodesenvolvimento.

Data de Aprovação: ____ / ____ / _____

Banca Examinadora:

Me. Reinaldo de S. Marchesi (UFPA) - Orientador

Me. Maria Páscoa Sarmiento de Sousa (Rede Fulanas)

Dra. Carina Catiana Foppa (UFPR)

**IGARAPÉ - MIRI (PA)
2020**

AGRADECIMENTOS

À Deus por me permitir concluir curso superior em uma Universidade Pública e pela força nas dificuldades enfrentadas.

À minha maravilhosa família, minha mãe, Deusuete Fonseca Miranda, e meu pai, Paulo Miranda dos Santos, pela força e incentivo que com o pouco que têm contribuíram com minha formação. À meu esposo Ivanildo dos Santos Ferreira pelo apoio, companheirismo e carinho. Ao grande amor da minha vida meu filho Ivanildo dos Santos Ferreira Junior. Aos meus amados irmãos, Maria Eliete, Ana Claudia, Paulo Rossi, Edinaldo, Elaine e Eliane, pela ajuda, amor, carinho e fortalecimento que me passaram a cada período do curso. Agradeço ainda aos meus sobrinhos que com muito amor me dava atenção quando estive longe, em nome deles destaco meu "príncipe" Edrian Ricardo que com dois anos ligavam para falar comigo. Aos meus tios e tias que colaboraram comigo, destaco Darzita Santos e Domingos Fonseca. Aos meus amigos e amigas pelo apoio, e abraços aconchegantes que me proporcionavam a cada retorno da Universidade.

Agradeço a Universidade Federal do Pará, com destaque aos meus professores do curso de Etnodesenvolvimento em nome da professora Eliane Faria e também à todos os professores colaboradores que estiveram conosco em nome da professora Carina Catiana Foppa, que com muita dedicação nos proporcionariam conhecimentos. Entre todos que merecem minha consideração destaco o professor Gustavo Moura que mais frequentou minha comunidade nos TCs, pelo incentivo e apoio.

Agradeço ao meu orientador professor Reinaldo Marchesi por sua colaboração.

Agradeço à todos os colegas da turma, principalmente aqueles na qual formaram família Universitária dividindo a mesma casa, meu irmão Benaion Pombo, pelos conselhos, confidências, choros e alegrias, minha amiga Maria Beatriz que alegrava meus dias, Águeda Monteiro e Deise Cristina, meu amigo Gilfran Ramos e Jovanildo Teles. Em memória a Rubiane Cardoso que está ao lado do Senhor, que nos aproximou de toda sua família.

Agradeço à todos os interlocutores dos tempos comunidades que com muito conhecimento contribuíram com a minha formação.

Agradeço ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igarapé-Mirí e a Associação dos Moradores da minha comunidade, que junto com meu coletivo me ajudaram. Agradeço à todos os militantes que lutaram pela entrada das populações das comunidades tradicionais na Universidade. Agradeço a todas as mulheres que me apoiaram na construção desse plano de ação.

“O interior vive”

Sumano Euler

RESUMO:

Este Plano de Ação resulta da construção coletiva junto à comunidade Menino Deus do Rio Anapu, município de Igarapé - Mirí (PA), apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da UFPA. Este tem como objetivo construir uma horta medicinal comunitária, voltada à produção familiar para valorização dos conhecimentos tradicionais e fortalecimento da identidade sociocultural da localidade. A construção desse plano aconteceu em trabalho orientado pela pesquisa-ação, na qual obteve-se dados levantados durante os Tempos Comunidades (TC) do curso de Etnodesenvolvimento em atividades produzidas junto ao coletivo de pertença da agricultura familiar em diálogo com as mulheres da comunidade. No decorrer das atividades e entrevistas realizadas junto ao coletivo, os dados demonstraram que o uso das plantas medicinais faz-se presente, porém nos dias atuais são poucas famílias que praticam o cultivo das plantas que curam. Portanto, esse plano visa fortalecer a comunidade para o cultivo consistente dessas ervas, em atenção especial aos cuidados básicos de saúde através do uso de plantas acessíveis à comunidade como resistência na manutenção de valores dos povos e das populações no atributo da valorização dos conhecimentos tradicionais. Espera-se que a implementação da horta medicinal comunitária constitua um ambiente educacional saudável por meio de uma riqueza imensurável de conhecimentos, saberes e benefícios desenvolvidos pelas mulheres em sistemas orgânicos com ações coletivas colaborativas. Nesses termos, este plano será orientado pela vivência através do diálogo intercultural dos saberes, crenças, conhecimentos e práticas da comunidade, que possibilitem construir aprendizagens a partir das vivências da comunidade, na qualidade de ensino diferenciado e especializado favorável a etnoeducação.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Etnoconhecimentos. Horta comunitária. Comunidade ribeirinha.

Abstrat.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Foto aérea da cidade Igarapé - Mirí (PA).

Figura 2 – Mapa mental da Vila Menino Deus no passado.

Figura 3 – Croqui da Vila Menino Deus na atualidade.

Figura 4 – Cartografia da escola do Estágio Supervisionado do curso de Etnodesenvolvimento

Figura 5 – Esboço da horta comunitária na Vila Menino Deus

Tabela 1 - Etapas, atividades e responsáveis pelo processo.

Tabela 2 - Materiais Utilizados e Orçamento

Tabela 3 - Cronograma

LISTA DE SIGLAS

AMOVMED - Associação de Moradores da Vila Menino Deus.

FACETNO - Faculdade de Etnodiversidade.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PPC - Projeto Político de Curso.

PSE - Processo Seletivo Especial.

PSF- Posto de Saúde da Família.

STTR MIRI - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igarapé - Mirí.

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso.

TC - Tempo Comunidade.

TU - Tempo Universidade.

UBS – Unidade Básica de Saúde.

UFPA - Universidade Federal do Pará.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. BREVE CENÁRIO DE IGARAPÉ-MIRÍ E DO RIO ANAPU	14
2.1 Breve contexto histórico-geográfico do município de Igarapé-Mirí (PA):	14
2.2 Lócus da Pesquisa:	20
2.3 Atividades econômicas da comunidade:	23
2.4 Plantas que curam e o cultivo da etnofarmácia viva na comunidade:	25
2.5 Problemática:.....	28
3. JUSTIFICATIVA.....	31
4. OBJETIVOS.....	36
4.1 Objetivo Geral:	36
4.2 Objetivos Específicos:.....	36
5. METAS	36
6. MATERIAIS E MÉTODOS	37
7. ETAPAS DOS PLANO DE AÇÃO.....	39
1º Etapa: Catalogação das espécies	39
2º Etapa: Preparo do local da horta	40
3º Etapa: Preparo da compostagem, adubo verde e biofertilizantes.....	41
4º Etapa: Oficinas de preparação e trocas das mudas.....	42
5º Etapa: Mutirão para o plantio	43
6º Etapa: Manutenção, irrigação e fertilização.....	43
7º Etapa: Atividades educativas com o ensino escolar e não escolar.....	43
8º Etapa: Promoção da etnofarmácia na comunidade	44
8. ORÇAMENTO.....	45
9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	46
REFERÊNCIAS	48
ANEXOS	51

1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Ação visa a construção da horta medicinal comunitária junto aos moradores, em especial das mulheres, da comunidade Menino Deus, localizada às margens do Rio Anapu, no município de Igarapé-Miri, Pará (PA). O objetivo desse trabalho é contribuir para a consolidação da horta comunitária na Vila Menino Deus, trazendo o conhecimento tradicional sobre a indicação de plantas medicinais, preparação e administração de remédios vegetais e problemas relacionados ao uso deles.

Neste primeiro momento falaremos do nascimento do tema e de sua relação com o curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará (UFPA). Assim dito, lançamos mão da escrita cronológica, circunstanciada, crítica e reflexiva para discutirmos a função social deste plano de ação e suas possibilidades.

Nós acadêmicas e acadêmicos do curso de Etnodesenvolvimento, ingressantes via Processo Seletivo Especial (PSE) no ano de 2016, da turma flexibilizada para o *Campus* de Marajó/Soure da UFPA, estamos representados pelas pertenças: Quilombolas do Município de Salvaterra, Baião/Mocajuba e Gurupá; Extrativistas de Breves e Muaná; Agricultura familiar de Igarapé-Miri e Muaná e; Pescadores de Santo Antônio de Tauá e Soure (*in memoriam*)¹. No curso realizamos as atividades curriculares em regime intervalar a partir da proposta da alternância pedagógica, com períodos letivos intensivo-modulares, organizados em momentos presenciais em ambientes escolares e não escolares, na Universidade e em nossas respectivas comunidades de pertença.

Ligado a Faculdade de Etnodiversidade (FACETNO) do *Campus* Universitário de Altamira, o curso tem como pressuposto metodológico a Pedagogia da Alternância, que acontece ao longo da graduação em dois momentos a cada semestre: Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). No TU os discentes oriundos de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais estão na universidade para as aulas presenciais no período intervalar nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto. Já o TC é realizado nos demais meses do ano (de março à junho e de setembro à dezembro), é o período no qual os discentes realizam suas pesquisas e intervenções mediadas no local de pertença, a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão *in loco*, sempre orientadas pelos docentes do curso, que não apenas ensinaram conteúdos curriculares, mas que também participaram e aprenderam no diálogo com as comunidades.

¹ Rubiane Cardoso (*In memoriam*) foi a única estudante de origem de Soure (PA) no curso de Etnodesenvolvimento, nos deixou no segundo ano da graduação vítima de um câncer.

A Pedagogia da Alternância segundo Nosella (2014, p.29) refere-se a uma forma de “organizar o processo de ensino-aprendizagem alternando dois espaços diferenciados: a propriedade familiar e a escola/universidade. Liga-se, pois, tanto pela sua origem como pelo seu desenvolvimento, à educação no meio rural”. Assim, por meio de diversas entrevistas e pesquisas realizadas no nosso coletivo de pertença, através dos conhecimentos tradicionais dialogamos com os conhecimentos acadêmicos seguindo os pressupostos da alternância pedagógica.

Importa registrar que essas atividades foram devidamente orientadas pelas(os) professoras(res) do curso de Etnodesenvolvimento, que a cada semestre monitoravam os trabalhos sistematicamente junto às comunidades, em um processo de ensino-aprendizagem dialógico, no respeito e valorização dos saberes tradicionais e das diversidades existentes em nossas comunidades. Dessa forma, nesse ínterim, estivemos a avaliar, conhecer e aprofundar na realidade de nossa comunidade de pertença.

Nesses termos, este trabalho seguiu o caminho da pesquisa-ação que definida por Thiollent (1986, p.14) é uma “pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problemas”. Nesse contexto, como comunidade tradicional de território ribeirinho que somos, desenvolveremos este trabalho através da pesquisa auto-etnográfica, que segundo Fortin (2006, p. 83) “se caracteriza por uma escrita do 'eu' que permite ir e vir entre a experiência pessoal e as dimensões culturais a fim de colocar em ressonância a parte interior e mais sensível de si”. Portanto, na qualidade de povos pertencentes a comunidades tradicionais buscaremos fazer essa interação nas dimensões de integração do trabalho acadêmico junto ao nosso coletivo de pertença.

Cabe ressaltar afirmação de identidade de nossa pertença, como moradora da comunidade tradicional ribeirinha no Rio Anapu Vila Menino Deus em experiências vivenciadas com o coletivo e familiar, essa interação de valores em consonância com o curso de Etnodesenvolvimento, na qual para o ingresso na universidade pelo PSE os candidatos interessados deveriam apresentar uma declaração de pertencimento, em que recorri a Associação de Moradores e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais para adquirir como pertencente da agricultura familiar, modo de vida pela qual fui criada sempre acompanhando meus pais nos trabalhos e também por ser uma organização que nos representa quanto pertença.

Durante a minha vida sempre tivemos ligações diretas com as atividades da lavoura, Quando criança, eu meus irmãos precisávamos sair de casa pela madrugada para ficar na casa

de vizinhos e parentes mais próximos, enquanto meus pais seguiam a caminho do roçado que trabalhavam com o cultivo da mandioca (*aipim*). Já crescida seguia com minha mãe para exercer a atividade, enquanto meu pai buscava outros caminhos de trabalhos.

Quando atingir a maior idade comecei a participar das discussões sociais nas organizações que surgiam com o Sindicato dos Trabalhadores Trabalhadoras Rurais (STTR) de Igarapé-Miri/Pa, na qual fui núcleo de base na comunidade, consolidava sempre o tempo para nunca desistir de estudar o nível de ensino as serieis iniciais do ensino fundamental que era ofertado na comunidade, atualmente estou como representante da associação de Moradores da Vila Menino Deus (AMOVIMED)

No ano de 1989 foi implantado o Sistema Modular de Ensino (SOME) que passou a ofertar o fundamental maior e Ensino Médio, assim pude terminar esse nível de ensino em 2004. A partir daí ficou a vontade de entrar para o mundo acadêmico, mais a forma de ingresso, não nos atendia enquanto comunidades tradicionais, mesmo assim foram algumas tentativas que busquei.

Com a criação das políticas afirmativas nas universidades, facilitou nosso ingresso. E uma das grandes potencialidades dentre essa bases teóricas dos conhecimentos acadêmicos, dar-se justamente nas discussões com os conhecimentos tradicionais, na qual pude vivenciar durante a minha graduação em Etnodesenvolvimento, com a possibilidade de realizar pesquisas junto ao coletivo da comunidade e somar com as disciplinas ofertadas pelo curso, que pelo PPC do curso assim citado, temos as discussões das diversidades sociocultural que como coletivo defendemos nossa própria existência.

Nesse contexto, vale citar ainda direcionado pelo PPC do curso por populações tradicionais considerando “[a] imensa diversidade sociocultural do Brasil ...” e a correspondente diversidade fundiária” como ensina Little (2204: 251),² são entendidas aqui como os grupos humanos que são nomeados sob nomenclaturas diversas podem ser identificadas como: *comunidades, povos, sociedades, culturas* adjetivadas como: *autóctones, rurais, locais, protegidas* que com esforço coletivo ocupam, usam, controlam e identificam com um espaço específico convertendo-o em território que defendem em função de contingências históricas, marcadas pelo colonialismo externo e interno.

Assim sendo, o curso contribui para o fortalecimento de nossas identidades de pertenças, no qual como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teríamos de construir um projeto de ação de Etnodesenvolvimento das comunidades de pertenças, em que junto ao coletivo buscamos fortalecer os conhecimentos tradicionais sobre a ciência das plantas

medicinais na construção de horta medicinal na base de trabalhos da organização da agricultura familiar com o trabalho das mulheres.

Dessa forma, o presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é resultado direto das demandas apresentadas pelos comunitários, que estão registradas nos relatórios das atividades e pesquisas dos TCs, problematizados no TU do curso de Etnodesenvolvimento da UFPA. Portanto, a elaboração deste surgiu como Plano de Ação proposto das reuniões participativas e na vivência com o coletivo de mulheres da comunidade Menino Deus. Os temas/problemas foram pautados e debatidos com destaque no registro da memória dos moradores de nossa comunidade, em especial atenção aos etnoconhecimentos, saberes e fazeres no cultivo de plantas medicinais a fim de construirmos uma horta comunitária organizada e mantida pelas famílias dentro de uma proposta etnoeducacional.

Sendo assim, a valorização da nossa identidade agricultora, extrativista, pescadora e ribeirinha parte da proposta de fortalecimento dos usos da medicina tradicional e da mobilização coletiva no cultivo das plantas medicinais em nossa comunidade. Essa organização nasce de comum acordo desenvolvido pelo grupo de 10 (dez) mulheres do nosso coletivo de pertença, por meio do qual buscamos uma maneira de organizar as nossas atividades na proposta da horta como espaço etnoeducacional medicinal comunitário.

Para falar um pouco das mulheres que apoiam esse plano, perpassa por mim um sentimento de construir e dar um novo sentido visível, em que, esteja à fortalecer quem somos, à deixar de ter um olhar que neutraliza nossas atividades, pois vivemos numa sociedade injusta que acumula muitas tarefas ao corpo feminino com uma naturalidade de que somos sempre responsáveis pelo atividades de cuidados da casa, dos filhos, das pequenas plantações e cria de animais, mesmo que tenham um outro trabalho fora do lar, ainda sofrem opressão. (Sempreviva Organização Feminina. 2014).

Nesse sentido, reunir o grupo discutir sobre a economia feminina não como complemento de renda do marido, o trabalho das mulheres torna-se um princípio de debater, organizar e fortalecer para desafiar esse sistema que produz desigualdade, uma forma de resistência e lutar em organizações que são favoráveis para nós mulheres ribeirinhas, tem conhecimentos e práticas tradicionais favoráveis na medicina tradicional,

A maioria de nós no grupo somos mulheres agricultora pertença da agricultura familiar, nesse coletivo somos 05 (cinco) pertença com a qual entrei no curso de Etnodesenvolvimento, nessa tarefa atualmente desenvolvemos atividades de plantar e criar pequenos animais no quintal nossas casas, o que vem a fortalecer nossa base na produção familiar para o consumo. Contamos também com a parceria de 02 (duas) professoras da rede de educação do ensino

fundamental anos iniciais, 03 (três) mulheres tem pertença como pescadoras por pertencerem a sindicalização da colônia dos pescadores e desenvolve atividades no ramo da pesca e 02 (duas) servidoras publicas que trabalha na escola com os serviços gerais.

Cabe ressaltar que todas nós somos moradoras da comunidade Menino Deus, vivemos também do serviço de cuidados exercendo as tarefas da ser e pertencer pelo modo tradicional que realiza diversas atividades, pois essa é a grande riqueza das comunidades tradicionais que plantam, cria e exerce o extrativismo, as mulheres são as principais detentoras dos conhecimentos frente a medicina caseira e do cuidado com as plantas, assim compreende que somos, nesse campo de batalhar e defender a mulher que também é necessário pensar e fazer que as políticas públicas melhorem nossa vidas pelo nossos trabalhos.

Pela Sempreviva Organização Feminista (Sof. 2014, p.31), que nas comunidades rurais é preciso valorizar a produção de autoconsumo, que muitas vezes são as mulheres que fazem seus quintais produtivos, o cultivo de hortas entre outros serviços de cuidados.

2- BREVE CENÁRIO DE IGARAPÉ-MIRÍ E DO RIO ANAPU

A imagem 1 abaixo apresentada refere-se a sede do Município de Igarapé-Mirí, uma imagem retirada da acesso a pesquisa nas redes sociais do município que remete uma visão panorâmica da cidade, na qual a imagem da crédito ao Railson Wallace acessada em 2016



figura 1: foto vista panorâmica da cidade Igarapé - Mirí (PA).
Fonte: Railson Wallace (2016)

2.1 Breve contexto histórico-geográfico do município de Igarapé-Mirí (PA)

O nome Igarapé-Mirí é de origem indígena e significa “caminho de canoa pequena”, traduzido do Tupi da junção de *ygara* (canoa), *pé* (caminho) e *mirim* (pequeno), fazendo referência ao rio que banha a cidade (LOBATO 1985).

A ocupação colonizadora da região iniciou-se ainda no reinado de D. João, com a penetração, de modo espontâneo e em maior escala, de colonos portugueses nesta região até então pouco explorada. A exploração foi inicialmente alicerçada na extração de madeiras nobres existentes na área, facilitada por sua proximidade de Belém do Grão-Pará pela topografia plana e pela ausência de febres paludicas. (PINTO, 2008, p. 36).

Segundo Lobato (2007), após as invasões estrangeiras, que se firma dominação portuguesa na Amazônia, foi espalhada a penetração de colonos a procura de terras férteis e fortuna fácil, no reinado de Dom João. No lugar onde é hoje a cidade de Igarapé-Mirí foi construída fábrica nacional para o beneficiamento de madeiras. Por volta de 1970, devido os conflitos com os colonos que se causou descontentamento o governador não atende as reclamações e se confirma a sesmaria. Em 1730, Igarapé-Mirí passa de freguesia a Paróquia, com o Decreto Legislativo número 113, de outubro de 1843, deu á freguesia a categoria de vila obtendo o nome de Vila de Santana de Igarapé. No ano de 1896 teve origem o município de Igarapé-Mirí, pela Lei Estadual nº de 23 de maio 1896.

Lobato (2007), ao narrar a história de Igarapé- Mirí, relata sobre as terras do Rio Anapu, faz uma breve descrição da aptidão agrícola e econômica desse território ribeirinho.

Nas terras do rio Anapu já foram plantadas cana-de-açúcar, pois existiam os engenhos d'água que produziam mel, rapadura, açúcar mascavo e depois aguardente. Em 1833 foi feita a divisão da Província do Grão Pará em termos judiciários ou comarcas, foi criada a 11º Distrito de Belém com denominação de Anapu, que compreendia o Rio do mesmo nome, mas tarde com decreto legislativo nº 113 de 10/1843 que elevou á categoria de vila a povoação de Igarapé-Mirí passou a povoação de Anapu a ser o 2º Distrito Judiciário da Província do Grão Pará (LOBATO, 2007, p. 54)

Com base nos escritos de Salles (1971), cita-se a presença de ruínas antigas dos engenhos no Rio Anapu e indica a mão de obra de escravos na produção da cana-de-açúcar e seus produtos derivados. Importa dar referencia ao destaque e relatos escritos sobre o município e suas relações, que se distancia de fatos que estão interligados, dando ênfase ao significado do nome destaca origem indígena, mais que dar um “salto histórico” ao relatar a história a partir das invasões colonizadoras, passando a anular um contexto histórico muito maior. Da mesma forma a parece o negro em um sistema opressor pela presença histórica dos engenhos no município mesmo que pós a abolição, nos relatos escritos a história do povo negro sempre é apresentada como “mão-de-obra” como uma personagem dentro de um processo histórico de invisibilidade ao negro forçado á escravidão, pelo qual dignifica dizer os

massacres do povo negro trazido para serem escravizados, e não como a história supostamente em entrelinhas descreve um trabalhador que viveu dignamente.

Acerca dessa temática, através da pesquisa desenvolvida em um dos TCs do curso de Etnodesenvolvimento, por meio de entrevistas realizadas com os moradores mais antigos da Vila Menino Deus, sobre a questão das atividades de trabalhos que já existiram na comunidade, as ações do trabalho escravocrata na lavoura da cana-de-açúcar para atender os engenhos estão intimamente presente nos relatos dos interlocutores essa relação de trabalho eles viveram com seus pais, abordando suas experiências, em que obtivemos a informação de que havia uma espécie de "contrato" entre os donos dos engenhos e os moradores do Rio Anapu. No 3º TC o senhor Pedro (74) e a dona Maria (75) esclarecem que:

Um trabalho explorador, escravo, se nós bastecia um batelão com dez (10) frasqueiras cheias de cachaça eram acompanhados pelo avalista que contava apenas cinco e nós num recebia pagamento em dinheiro, e sim embrulhos com o valor que dos donos “lá eles cobrava o que queriam”. Para fazer o roçado trabalhavam homens e mulheres “inclusive eu trabalhei na roça de cana.” (Dona Maria e seu Pedro, Anapu, 2017).

Nessa entrevista a explicação do casal nos leva a compreensão de como viveram nossos antepassados e reforça de como foram submetidos ao trabalho escravizado pela relação do trabalho em troca de embrulhos, isso significa dizer que, pelo contexto histórico o nosso povo perpassa pela história sofrida no qual presume-se que vivera no período pós abolição.

Entendida na obra de Vicente Salles (1971, p. 125), na qual ele dá destaque a história do negro nos engenhos, “a respeito de Igarapé-Mirí, que divide com Abaetetuba o grosso da produção e industrialização da cana-de-açúcar no Pará. A exploração através dos engenhos manteve-se presente na comunidade por um longo período, na qual alguns de nós ainda vimos como eram as frasqueiras e as ruínas do engenho do Rio Anapu.

Outra atividade de exploração que perpassa pela comunidade foi a extração de madeiras para a comercialização por metros cúbicos, transportada em uma espécie de embarcação conhecida como "varenga"². Lobato (2007), relata que Igarapé-Mirí por sua riqueza florestal em consequência dos descasos por parte dos poderes públicos com a população, acontece a exploração da madeira vendidas a preços ínfimos para o Sul do país e estrangeiros.

Logo após, com o advento da economia da borracha, os moradores da comunidade passaram a extrair o látex dos seringais locais.

Preocupa-se, após dados levantados sobre os trabalhos realizados na comunidade ao longo da história do rio Anapu que parece-nos necessário uma análise aprofundada de nossas

² Uma Espécie de embarcações construída em madeira muito utilizada na época para fazer os transportes.

raízes identitárias étnico-raciais, pois dentre esses termos o que é perceptível e que ao longo dos tempos os laços e raízes histórica fortalece num processo histórico pela forte presença dos traços da cultura negra.

Segundo Lobato (2007), em 1877, com a criação da comarca de Igarapé-Mirí, o Anapu passa a ser o 4º Distrito em termos Judiciário, com o decreto Estadual nº 2.972 de 1938 que constitui o município com apenas um distrito sede, subdivide em quatro zonas e Anapu passa a figura como 2º zona. Por essas divisões das comarcas que estabelece os distritos, em cada um deles na região existiam os donos de engenhos que exploravam e escravizavam dentro das comunidades ribeirinhas. Em meio a todo esse processo o Anapu passou a ser uma zona em que permanece a Vila Menino Deus como palco de toda a história.

Em entrevista realizada no primeiro TC (2016) obtivemos relatos a partir dos moradores mais antigos da história da comunidade Menino Deus:

O processo de criação da comunidade começou no alto Tapiá³ quando nos se ajuntamos por volta o ano 1951, os fundadores iniciantes foram às famílias, Angelino Ferreira, Alcides Pereira, João Neri, dando início a festividade de Imaculada Conceição na vila Menino Deus onde já existia o Tríduo do Menino Deus. A festividade tinha o nome de tríduo do Menino Deus porque era realizada durante três noites seguidas, nos dias 23, 24 e 25 de dezembro. Depois a festividade passou a ser novena, com início dos dias 15 a 25 de dezembro. Atualmente existem as duas festividades na comunidade, do Menino Deus e de Imaculada Conceição realizada do dia 28 de novembro a 07 de dezembro. (Raimundo Castro (78 anos) e Neuza Lima (78 anos)).

Ao buscar informações sobre o processo de fundação da comunidade, os interlocutores acima citados relatam a criação da Comunidade no que se refere a organização enquanto igreja Católica Cristã, em que foi fundada e construída uma capela/igreja na Vila Menino Deus. Importa destacar que a Vila Menino Deus existe antes da construção do prédio da igreja católica na localidade. Acontece que com a criação da comunidade Cristã, passa a aumentar o número de pessoas a morar dentro da vila e a partir daí novas organizações sociais surgem que contribui para o crescimento da vila.

Sendo que as demais famílias sempre tiveram suas residências às margens de toda a extensão do rio e igarapés próximos, pois a comunidade não está limitada somente ao local do espaço da Vila Menino Deus.

Ao final da entrevista pedi aos interlocutores para relatar as principais diferenças entre o passado e presente da vila que é um local de referência no rio. A partir do relato do casal, comecei a desenhar com a colaboração de meu irmão Ednaldo dos Santos (30 anos) um croqui da comunidade (figura 2).

³ O Rio Tapiá é o nome dado à extremidade do Rio Anapu.

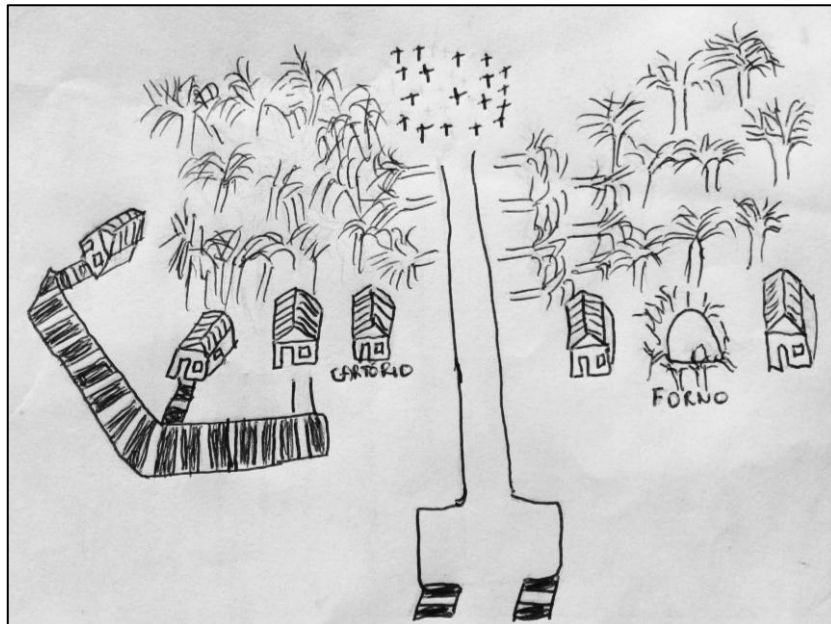


Figura 2: croqui da comunidade Menino Deus por volta de 1940.
Fonte: Edinaldo dos Santos (2016).

O desenho demonstra como era a vila Menino Deus de acordo com o casal entrevistado, existia maior área de mata, com apenas cinco casas, todas as margens do rio, a ponte, a existência do o cartório Silva, e um forno abandonado, que segundo os interlocutores, construído no tempo dos cabanos⁴, e um caminho que dava acesso ao cemitério e que não existia muro era apenas um local em onde as famílias sepultavam seus entes queridos.

Por volta de 1944, com o crescimento populacional, houve a necessidade de ser construído um prédio escolar, pois os professores na época trabalhavam em suas residências. Por intermédio do senhor Alberto Almeida, ele mandou construir o prédio da escola Dom Antônio Macêdo Costa. (Alberto da Trindade Almeida, foi advogado e prefeito de Igarapé-Miri em 1935-1938 pelo antigo Partido Social Democrático e foi prefeito nomeado pelo Interventor Federal Joaquim de Magalhães Cardoso Barata no chamado Estado Novo).

Nas entrevistas do 3º TC obtivemos relatos de que no ano de 1985 na vila Menino Deus o senhor Raimundo de Miranda Castro, foi a primeira pessoa que assume o cargo de administrador, pelo fato do crescimento da vila em números populacional e também por ser um centro de referência em atender as demais comunidades em seu entorno como estudantes, atendimentos na área de saúde, os problemas de infraestrutura, na garantia de somar nas

⁴ A credita-se os interlocutores ao falarem sobre tempo dos cabanos, estão se referindo os acontecimentos históricos dos tempo da cabanagem no Pará em que pessoas se refugiavam para as vilas interioranas e construíam seu modo de vida a partir do que sabiam fazer.

reivindicações por melhorias as condições básicas de saneamento, como aberturas de valas nas ruas, água encanada entre outros serviços.

O segundo croqui também elaborado no decorrer do primeiro TC, representa a Vila Menino Deus na atualidade (Figura 3).

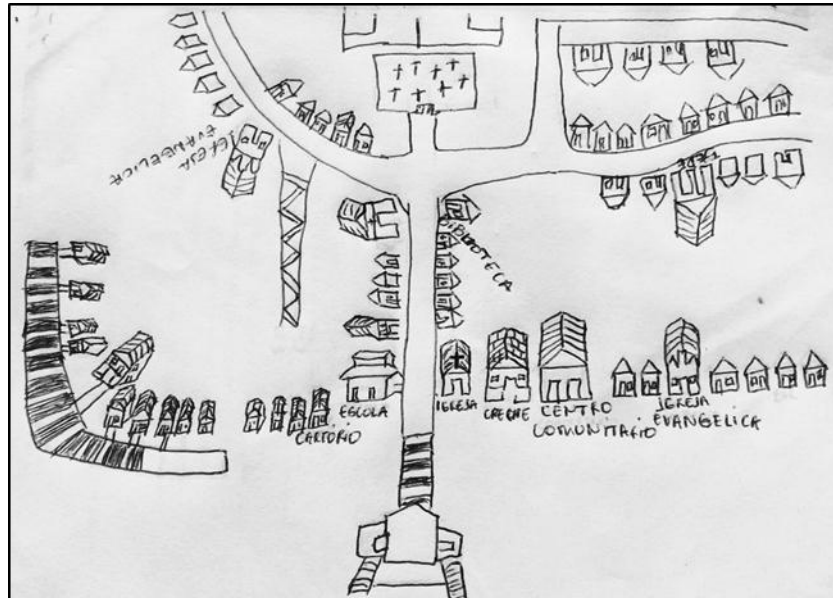


Figura 3: Croqui da Vila Menino Deus na atualidade.

Fonte: Edinaldo dos Santos (2016).

A partir da figura 3 em comparação com a figura 2 é possível observar que houve aumento no número de casas na Vila Menino Deus, alguns prédios foram construídos o posto de saúde, das escolas, da igreja católica, centro comunitário, biblioteca, sede de festa, muro do cemitério, igrejas evangélicas, creche, abertura de ruas e o trapiche. Com todo esse aumento de construções, diminui a área de mata, pois as áreas são divididas e doadas para os moradores fazerem suas casas.

Vale ressaltar que o espaço territorial da comunidade Menino Deus não está limitado a vila, representado na figura acima, existem mais casas por caminhos e ruas, além do cemitério, assim como, sempre existiu famílias pertencentes à comunidade que moram às margens de todo rio Anapu e igarapés que compreende à comunidade Menino Deus, e todos fazem parte da comunidade em geral como pescadores, extrativistas, agricultores e outra pertenças.

O Rio Anapu é extenso e em suas margens estão localizadas, três comunidades ribeirinhas assim compreendidas, baixo Anapu com a Comunidade São Pedro, vila Menino Deus com a comunidade Menino Deus que fica na parte meio e alto Anapu com a comunidade Rainha da Paz. Sendo que todos exercem quase as mesmas atividades de

extrativismo, a pesca, e agricultura e o cultivo de açaí como principal sistema de produção sustentável.

2.2 Lócus da Pesquisa

O município de Igarapé-Mirí possui uma população estimada em 63.036 habitantes (IBGE, 2020), localizado na mesorregião nordeste paraense e microrregião de Cametá, cerca de 78km da capital Belém (PA), possui suas divisas limítrofes com os municípios de Abaetetuba, Cametá, Moju, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru. Encontra-se dividido geograficamente em cinco distritos: Igarapé-Mirí, Maiauatá, Alto Meruú, Pindobal, Caji, Panacauera e Anapu, onde está localizada a comunidade da Vila Menino Deus, *locos* deste trabalho.

O município festeja Nossa Senhora Sant'Ana, homenageada como padroeira local. Estudo divulgado em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) aponta que o município chega a produzir 305,6 mil toneladas de açaí, equivalente a 28% da produção nacional, o tornando conhecido como a capital mundial do açaí por ser este grande produtor e exportador do fruto.

Localizada às margens do Rio Anapu no município de Igarapé-Mirí no estado do Pará, a Comunidade Menino Deus tem como principal acesso o transporte marítimo, dispondo de duas horas de barco/rabeta e 45 minutos de lanchas saindo da sede do município.

O mapa cartográfico abaixo (figura 4) trata-se da Cartografia das escolas de Estágios em que elaboramos coletivamente uma cartografia do nosso território de pertença. Representa o rio Anapu com sua extensão, com intuito de compreendermos um pouco melhor a nossa comunidade através dos olhares, da arte e reflexão dos estudantes da escola de estágio. Uma imagem que faz localização da comunidade Menino Deus em que é possível observar e conhecer suas peculiaridades e sua biodiversidade, em se apresentar diferenciado dos mapas convencionais que inviabilizam a existências desta riqueza naturais que é a vida das comunidades tradicionais ribeirinhas. Harley (2009, p.12) refere-se como “o “silêncio” dos mapas que são um conceito central em toda argumentação concernente à influência de suas mensagens políticas ocultas”. Nesse contexto, esse “silêncio” significa dizer que somos invisíveis diante de traços e pontos apresentados nos mapas convencionais, e quem interesses políticos são os privilegiados desse sistema. Diferente é a cartografia que demonstrar detalhes específicos de cada diversidade, importante por partir da elaboração de quem realmente conhece o lugar e suas características.

Dessa forma a cartografia produzida com os alunos no decorrer do estágio II (Figura 4), apresenta a nossa localização o rio Anapu, localizado às margens do Rio Tocantins

fazendo divisa á direita com o rio Maiauatá como podemos observar na parte superior da cartografia. Nela está contida a realidade de nossa vivência enquanto moradores ribeirinhos com uma diversidade de saberes e culturas, que nos caracterizam como comunidades tradicionais fortalecidos por nossa identidade coletiva. O rio Anapu é um dos mais influentes rios do município de Igarapé-Miri.

Figura 4: Cartografia da escola do Estágio Supervisionado do curso de Etnodesenvolvimento⁵

⁵ Cartografia elaborada para fins educacionais da disciplina de Estágio Docência do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade da UFPA, turma flexibilizada no *Campus* Universitário Marajó-Soure. Orientador do estágio: Reinaldo de S. Marchesi / Estagiária: Maria da Conceição Miranda dos Santos e Maria Beatriz Portilho Maciel / Autores: estudantes da turma 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Vitorino e alguns estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Antônio Macedo Costa 2019.



Fonte: Arquivo do Estágio Supervisionado em Etnodesenvolvimento (2019)

Essa visão cartográfica remete uma visão de territorialidade do rio Anapu. O rio Anapu possui uma riqueza natural imensurável, com sua biodiversidade na relação de homem e natureza, sempre contribuiu com o bem viver de seus moradores com o desenvolvimento rural sustentável, com atividades práticas no ramo da pesca, do extrativismo e da agricultura familiar. Pereira e Diegues (2010 p.39) destacam que o manejo desses recursos está ligado com regras, valores e conhecimentos definem a maneira e período como tais recursos serão utilizados, podendo ser considerados “elementos culturais regulatórios”.

Existe uma relação de respeito, gratidão, medo e cumplicidade com a natureza, o que se apresenta como causa direta da preservação ambiental das localidades nas quais as populações tradicionais habitam. Cunha (1992, p.77) assinala a existência da indissociabilidade entre o homem e a natureza, já que o meio ambiente significa “o meio essencial de sua sobrevivência social – fonte de sua vida e de sua identidade cultural – e, por conseguinte, significa a possibilidade de continuarem vivendo na história” (PERREIRA E DIEGUES 2010 p.41).

Considerando esses valores, nós de comunidades tradicionais parece-nos a vida tudo mais fácil a medida que, vemos essas diversidades da natureza e principalmente quando podemos contar com a riqueza natural de tudo que se passa do bem viver para as comunidades tradicionais.

2.3 Atividades econômicas da comunidade

A comunidade Menino Deus tem cerca 400 famílias contando a partir da divisão do rio em termos de comunidade cristã católica, já esclarecido acima, grande parte das pessoas da comunidade têm como atividade sustentável a pesca e o extrativismo em maior escala de produção do cultivo de açaí. O que considero importante papel para se levar em conta diante dos desafios que apontam para a região Amazônia a qual somos parte, nessa invisibilidade do nosso meio sustentável, que não são levantados nos meios e formas em que se medem sustentabilidade no Brasil.

Para Lima e Barroso- Hofermann (2002) a produção tradicional deve estar contabilizada no mercado, pois as comunidades tradicionais produzem sua própria existência na forma de ter o necessário básico para viver, até então pouco especificada nesse sistema dos indicadores de sustentabilidade na Amazônia.

Deve-se combinar a produção tradicional como uma produção voltada para o mercado, de forma a garantir a esses grupos os meios para adquirir os bens da sociedade brasileira que eles, historicamente, passaram a considerar “necessidades básicas”. Entre outras coisas, Azanha destaca que o tempo necessário à produção para o mercado não deve comprometer as atividades normais de subsistência nem aquelas próprias às tradições de conhecimento desses grupos, residindo no balanceamento do *tempo* uma das possibilidades de manutenção de sua existência como grupos étnicos diferenciados. (LIMA e BARROSO- HOFERMANN. 2002 p.20)

Tivemos durante o curso uma disciplina de Sustentabilidade na Amazônia, na qual podemos discutir sobre tais mecanismos que não se difere para que possamos estar com nossas características e qualidade de vida sustentáveis.

Ao tratarmos sobre geração renda na comunidade, logo somos submetidos a lógica do capital (dinheiro do quanto ganhamos financeiramente). Porém, uma característica nos é peculiar, somos o que produzimos e o que temos em comum com o meio natural (natureza). E isso vai além da lógica do capital.

Se levarmos em conta a vida de tempos atrás na comunidade logo obteremos os seguintes relatos como estes na realização do 1TC. Antigamente a renda familiar da comunidade era muito difícil porque as famílias trabalhavam muito e ganhavam pouco, não existia dinheiro em espécie para pagamento dos trabalhadores, que eram pagos com vales emitidos pelos donos de tabernas⁶, porém podemos justificar que tínhamos muito mais recurso com o extrativismo e outras alimentações. Em entrevista do 3º TC temos o seguinte relato sobre os trabalhos pelos interlocutores realizados;

Os trabalhos de antigamente, no tempo de meus pais e avós eram catar sementes de ucuúba, cortar lenha para as olarias e tirar borracha de seringueiras, nós tinha comida mais as vezes faltava outras coisas”. Depois eram os trabalhos dos engenhos de cana-de-açúcar, era um trabalho explorador escravo, pois se abasteciam um batelão com dez (10) frisqueiras cheias de cachaça eram acompanhados pelo avalista que contavam apenas cinco e não nós recebia pagamento em dinheiro, para fazer o roçado da cana trabalhava homens e mulheres inclusive dona Maria fala que já trabalhou na plantação da cana. Mais agente tinha a caça, o peixe.(Maria Castro e Pedro dos Santos)

A partir do relato dos interlocutores observa-se as atividades existentes. Entretanto, é válido afirmar que na comunidade existia em maior quantidade o pescado e outras atividades de sustentável típico das comunidades rurais ribeirinhas, que faz um acréscimo importante na economia, pois por mais que a circulação de moeda fosse menor, é possível entender que os recursos do extrativismo eram maiores, o que se diferencia dos dias atuais.

Por conta das lutas e das manifestações do povo, as pessoas passaram a se organizar junto aos movimentos e organizações sociais e sindicais como a Colônia de Pescadores (Z-15) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

Por tanto, na comunidade Menino Deus, temos a atividade do ramo da pesca muitos pescadores que trabalham no coletivo por se tratar de uma pesca com rede grande, conhecido pelos pescadores como puçá⁷, no exercer dessa atividade precisa de no mínimo 10 (dez) pessoas. Além da pesca de malhadeiras e linhas de pescarias. Essa atividade garante boa parte da renda da população geral do Rio Anapu, principalmente pela pesca do Mapará (*Hypothalmus spp.*) um importante pescado da região, que com o declínio da produção, pelas organizações sociais conseguem garantir o seguro defeso, recurso de um salário mínimo que os pescadores recebem durante quatro meses no ano.

Na atividade de produção da agricultura familiar há alguns anos as famílias cultivavam especialmente mandioca, arroz e milho. Essa produção era apenas para o consumo devido a terra ser área de várzea considerado imprópria para o plantio dessas espécies. Para que

⁶ Tabernas nomes dados a pequenos comerciantes que vendem mercadorias alimentares.

⁷ Puçá - apetrecho de pesca, espécie de rede grande que os pescadores usam na pesca artesanal para bloquear o cardume do pescado.

pudessem desenvolver essa atividade do plantio da mandioca buscavam áreas de terra firme distantes, as famílias tinham que se deslocar para tal atividade, pois são locais um pouco distantes de suas casas. Mesmo assim vários comunitários ainda exercem essa atividade em regime de economia familiar.

Em 2004, já regularizadas dentro dos projetos de assentamentos das regiões de ilhas cortadas por rios e igarapé, o Anapu encontra-se dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) do INCRA, conhecido como PAE “Ilha Sumaúma”. Por que compreende subindo ao rio Tocantins em uma ilha onde abarca o Rio Sumaúma que engloba o Rio Pindobalzinho e um lado das margens do Rio Anapu. Tais Assentamentos, desenvolvidos pelo governo federal, buscavam implementação de políticas públicas, plano que demarcaram as áreas selecionadas nos cadastros por renda familiar, alguns moradores acabaram ficando fora do programa uns porque eram funcionários não teriam direitos e outros sem entender o motivo também ficaram sem atendimento, me incluo nesses termos, o que ocasiona uma pendência com a falta de assistência a essas famílias, apesar de ser parte desse público que vive na região.

Por volta de 1990, o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), potencializa a economia local com o monocultivo do açaí, o mesmo leva a divisão familiar de trabalho, pelo fato de serem necessários pais e filhos cuidarem da plantação, cultivo e manejo do açazal, dessa forma acontecem e garantem melhorias na qualidade da renda econômica financeira. Em suma, parte dessas atividades costuma ser exercida pelo público masculino, as mulheres pouco acompanham por ser considerada uma atividade pesada e que "necessita da força física dos homens". A mulher participa mais intensamente no processo da debulha do açaí.

Nesse contexto, o desenvolvimento dessa atividade da horta medicinal está especialmente voltado para atender a comunidade, por uma ação participativa e coletiva das mulheres por serem as principais detentoras desse conhecimento, que inclui saberes, conhecimentos e práticas no uso da medicina caseira, que dessa forma buscam alcançar a construção da horta comunitária para atender a vila e os quintais produtivos dos demais moradores que tenham interesse de produzir plantas medicinais, e assim estar com a medicina caseira sempre ao seu alcance.

2.4 Plantas que curam e o cultivo da farmácia viva na comunidade

Os conhecimentos da medicina tradicional estão presentes na história dos povos e constituem um conjunto de saberes e práticas cujas raízes tem origem anterior ao processo de invasão colonial aqui no Brasil. O uso de plantas para tratar e curar sintomas de doenças foi

uma das formas de ampliar a sobrevivência humana. Assim, criou-se também uma definição para planta medicinal como qualquer espécie vegetal usada para prevenir e tratar doenças ou aliviar seus sintomas (DI STASI, 2007).

A prática da utilização das plantas e ervas medicinal como fonte terapêutica de cura vem desde os tempos remotos, exercidas por diversas sociedades e povos que catalogam as espécies de vegetais com definições de cura de seus males, uma tradição que acumula saberes, as especificidades de cada cultura frente seus usos.

Na comunidade Menino Deus o uso das plantas medicinais sempre foi a primeira (e muitas vezes a única) alternativa que a comunidade teve para curar suas enfermidades, existe sempre alguém ensinando como prevenir, curar e ou aliviar sintomas dos problemas de saúde e bem-estar das pessoas, isso perpassa uma complexidade de saberes na área da antropologia da saúde e da doença, que discute o que significa estar doente dos povos e populações tradicionais.

As representações e as práticas relativas à doença e ao seu tratamento, objetos de estudo da antropologia da doença, recobrem nas sociedades tradicionais, como veremos, diferentes realidades em relação às ocidentais, realidades que se deixam dificilmente apreender pela linha conceitual da biomedicina. (BUCHILLET. 1991 p,24)

Todo esse sistema antropológico que busca os valores socioculturais que não se desligada de todo um contexto de vida em que possa compreender as relações das comunidades tradicionais no que se refere a doença e saúde, pois dentro desse contexto vale ressaltar os tradicionais benzimentos, sabedoria recorrente na comunidade para tratar questões em que perpassa pela crença, atos principalmente em bebês em que se a credita no quebranto como tratamos na linguagem popular.

Todo esse saber está envolvido na ecologia de cuidado com a saúde funda-se em conhecimentos e experiências. Buchillet (1991, p.25) ainda destaca que a doença não é somente as conjunturas específicas (pessoais, históricas, etc.) que presidem à aparição de uma doença, como também as representações do mundo natural e das forças que o regem, as representações da pessoa e, por fim, as modalidades de relação entre mundo humano, mundo natural e mundo sobrenatural. Dessa forma, os etnoconhecimentos e as plantas medicinais sempre foram o principal referencial de saúde na comunidade.

Em uma das entrevistas realizadas no primeiro TC, a interlocutora (Narazé Pena técnica de enfermagem) relata sobre as doenças que são mais frequentes e mais agravantes na comunidade, entre elas: a hipertensão, diabetes e colesterol alto. As pessoas vêm sendo acompanhadas pelo médico clínico geral no posto de saúde, fazendo o controle com medicamentos farmacêuticos, algumas optam pela medicina caseira e outras não. Esse fato

das propagandas midiáticas e da presença dos produtos farmacêuticos da indústria química na comunidade tem contribuído na desvalorização da medicina tradicional, e de forma mais intensa com os mais jovens que deixam de aprender o remédio natural e criam dependência pelo produto comercial.

Todavia, devemos dizer que, mesmo depois do atendimento médico, algumas pessoas preferem fazer uso de remédios caseiros, (Adriana Castro, representante dos pescadores), relatou que o pai dela faz uso de folhas e cascas das plantas medicinais tais como: Erva-cidreira (*Melissa Officinalis*), Sapata de vaca (*Bauhinia Forficata*) para beber e lavar a cabeça, para combater o colesterol alto, e que também ele usa uma planta conhecida como Comer-de-jabuti (*Peperomia Pellucida*) e a folha de Castanhola (*Terminalia Catappa*). Fazem uso também das cascas de árvores, que depois de retiradas são colocadas para secar, e depois para fazer o chá ou xarope. Outras que são usadas no processo de infusão que acontece quando misturadas ao álcool servem para colocar na cabeça e passar nas pernas. Essa afirmação representa a resistência e confiança na medicina tradicional apreendida na empiria, em transmissão por via oral na qual alguém que tem mais conhecimento ensina sobre o uso das plantas, indicando sempre como deve ser produzidos cada remédio, e para de tipo de tratamento e prevenção de doenças, essa prática reforça uma identidade coletiva de populações tradicionais caracterizadas pela ancestralidade de seus antepassados.

Importa registrar que alguns membros da equipe dos profissionais de saúde já trabalham com esses saberes sobre a indicação do uso das plantas que curam na comunidade, a técnica de enfermagem (Domingas) relata em entrevista ao 3º TC que ela costuma fazer uso de chás e indica como fonte eficaz para alguns casos de doença. Nessa questão pretende-se ampliar o plano para abranger os profissionais de saúde que eventualmente possam incorporar os conhecimentos tradicionais nas suas práticas de tratamento e cura de doenças e enfermidades na comunidade de forma a instruir ao uso da medicina caseira com indicação das plantas na horta comunitária, essa prática de orientação de alguns desses profissionais já é um pouco comum, como exemplo, quando consultada por uma profissional na unidade de saúde, ela me indicou o uso de um chá para tratar aquele sintoma no momento, até que fizesses alguns exames específicos. Tudo isso são experiências das relações com a medicina caseira.

Portanto, o desenvolvimento deste trabalho na comunidade tem fundamental importância os etnoconhecimentos presentes nos saberes que envolvem práticas ancestrais acerca de técnicas de preparo de pomadas, compressas, macerados, banhos, chás e xaropes, entres outros processos, como a infusão produzida a partir de raízes e folhas usadas para tratar

dor de cabeça e dores reumáticas. Os remédios caseiros são produzidos das folhas, das cascas, das sementes e raízes, e também da banha (gordura) e fel de animais. Outra prática bastante usada e que também envolve os conhecimentos e crenças, são os tradicionais benzimentos, geralmente a pessoa já nasce com esses conhecimentos que chamados de “dom”, esse especialista ajuda afastar o mal olhado, o quebranto, (entre outras), doenças essas, somente reconhecida pelos comunitários, passando não existir para a medicina moderna. Esse fato impacta nas sociedades tradicionais, essa linha da medicina homogênea, se alinha ao processo discriminatório. Porém, sobre a lógica das discussões antropológicas de saúde e doença reforçam essa sabedoria tradicional.

O sistema de atenção à saúde é tanto um sistema cultural, quanto um sistema social de saúde. Define-se, aqui, sistema social de saúde como aquele que é composto pelas instituições relacionadas a saúde, a organizações de papéis dos profissionais de saúde nele envolvidos, suas regras e interação, assim como as relações de poder a ele inerente. Comumente, essa dimensão de sistema de atenção a saúde também inclui especialistas não reconhecidos pela biomedicina, tais como benzedeiras, curandeiros, xamãs, pajés, massoterapeutas, pais de santo, pastores e padres dentre outros. (LANGDON; WIJK, 2010, p. 180)

A partir dessa realidade em que o autor considera tais especialistas em saúde aqueles não reconhecidos pela biomedicina, porém para as populações tradicionais, essas pessoas são muito importantes no tratamento a saúde, nesse sentido a elaboração deste projeto contribuirá com o desencadear no diálogo de saberes na comunidade, em ambientes escolares e não escolares, que faça um contraponto ao que predomina das práticas de ensino eurocentrados capitalista, distanciados das realidades culturais, dos saberes e fazeres tradicionais dos comunitários. Nesse sentido, há necessidade de usar uma metodologia de ensino que considere os conhecimentos tradicionais como estímulo de aprendizagem que possa ser produzido em consonância com o meio social e cultural de seus educandos.

2.5 Problemática

Como pertencente da comunidade Menino Deus, ao longo da minha graduação no Curso de Etnodesenvolvimento da (UFPA) desenvolvi pesquisas junto aos moradores locais. Dentre as atividades realizadas ao longo dos quatro anos, identificamos os sentidos e as relações da comunidade com a vida, natureza, modos de vida e os conhecimentos tradicionais.

Os saberes tradicionais e sua relação com a implantação da horta medicinal comunitária organizada pelo coletivo de mulheres que são trabalhadoras rurais e que busca formas de organização para o bem comum na agricultura familiar na região do Rio Anapu, comunidade Menino Deus. Ao vincular os saberes tradicionais e a organização do coletivo de mulheres, se

sustentam nas discussões de gênero pelo grupo de mulheres, assim como pelas discussões étnico-raciais com atenção aos jovens pelo processo educacional, pretende-se compreender as ações coletivas, no âmbito de fortalecimento de pertencas e de saberes tradicionais nas discussões de novas organizações, e a maneira como essas questões refletem na sustentabilidade das mulheres agricultoras e no fortalecimento de processo de Etnodesenvolvimento.

A partir da etnoconservação dos recursos naturais, Diegues (2000) afirma que as comunidades tradicionais são aliadas à conservação sem a visão romantizada de conservacionistas, porém como seres que possuem interesses heterogêneos, com qualidades, e com o conhecimento tradicional que define como um “saber e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural” dentro da própria comunidade.

Somos a própria natureza nessa relação de interdependência, com qual exercemos atividades orientadas pelos princípios da agroecologia que tem sido base para construção de processos de Etnodesenvolvimento, que Verdum (2002) conceitua como um instrumento de reafirmação dos valores culturais, contrária às estruturas sociais de poder capitalista que classifica moderno e riqueza em acúmulo de bens materiais nas ideias desenvolvimentistas.

Uma das características das comunidades tradicionais são os conhecimentos tradicionais perpassados entre gerações sobre as plantas e ervas medicinal que auxiliam na prevenção, tratamento e cura de doenças no contexto da comunidade tradicional Menino Deus.

Atualmente existem diversos fatores que tem agravado a qualidade de vida da população referente a saúde, entre estes estão os mega empreendimentos capitalistas que se instalam em nossa região, como a usina Hidrelétrica de Tucuruí, a qual está às margens do rio Tocantins, que banha o rio Anapu. Esse impacto contribuiu para a escassez do pescado em nossa região, assim declaram os antigos moradores da comunidade em realização das atividades do TC, assim como tem papel agravante para o assoreamento dos rios e igarapés na região do Baixo Tocantins. O que ocasionam interferências na qualidade de vida das comunidades ribeirinhas, pois o alimento natural com o pescado é mais saudável na qualidade de boa alimentação, assim como causa grande impacto em todo um conhecimento das comunidades em seu entorno.

Nesses termos, tal processo contribui para que houvesse a diminuição do pescado que é a principal fonte de alimentação saudável das comunidades pesqueiras que se mantinham da pesca artesanal. Logo, para que possam garantir o sustento, outros tipos alimentação são introduzidos na comunidade, como por exemplo, os embutidos e industrializados. Assim como, podemos considerar como fator de risco para a saúde o uso de agrotóxicos utilizado

pelo agronegócio nas plantações que contaminam o meio ambiente e alimentos que frequentemente estão em nossas mesas causando ameaças a nossa saúde.

No contexto atual em que vivemos na qual as modernidades do mundo globalizado, os crescentes avanços tecnológicos, perpassam pelas comunidades tradicionais desconstruindo a sabedoria popular com os meios modernos desenvolvidos pela ciência. DI STASI & HIRUMA-LIMA, (2002 p.19) destacam que não custa lembrar e salientar, que é o conhecimento popular decorrente de milhares de anos de relação desses habitantes da floresta com o ecossistema florestal, que a ciência usou e ainda usa como fonte de informações para obtenção de novos medicamentos.

Meneses (p.3) descreve que os “conhecimentos modernos como o caso da biomedicina formas globalizadas de imposições de saberes e a apropriação dos saberes do outro” Não se trata de negar a ciência moderna e sim de não sobrepor uma a outra. Nesse sentido destaca-se a importância de abordar a Etnociência, pois:

Posiciona-se como caminho alternativo à rigidez científica, sem menosprezar nenhuma das metodologias construídas pela ciência ocidental, mas utilizando-se delas como ferramentas para releituras que propiciem compreensão mais adequada e respeitosa da relação entre humanidade e natureza (WIECZORKOWKI; PESOVENTO; TÉCHIO, 2018, p. 154).

O uso da medicina tradicional sempre esteve presente na vida dos comunitários contribuindo com o processo de saúde e doença, aos poucos vem sendo desvalorizada no decorrer dos tempos, os fatores ocidentais, a expansão da medicina moderna, com a medicalização da vida, interfere no modo de vida da comunidade com tudo nos conhecimentos tradicionais.

Assim como, a tecnologias de informação que propagam marcas de medicamentos como fonte eficaz da indústria farmacêutica, as quais os meios de comunicações presentes no cotidiano das populações tradicionais acabam incentivando a desvalorização da sabedoria popular.

Outro fator motivo pelo qual é considerável desenvolver esse plano de ação, posto com problemática na comunidade, a escassez e inexistência de algumas espécies de plantas medicinais, para dar ainda maior relevância e fortalecimento da medicina tradicional na comunidade com a construção da horta medicinal comunitária. São poucas residências em que pode ser encontrado o tendal com as plantas, ao contrário do que se tinha a alguns anos atrás.

Nesse sentido, desenvolver essa atividade de cultivo e manejo contribuirá para o sistema produtivo das plantas medicinais principalmente as inexistentes na comunidade, além

de fortalecer o processo que envolve os etnoconhecimentos referentes ao uso da medicina caseira. Por ser fonte mais acessível, as plantas medicinais são significativas na prevenção e tratamento de doenças.

Outro fator, conciliante para a concretização da horta medicinal como possibilidade de inserção com a medicina tradicional no processo educacional para que passe a acompanhar e complementar a qualidade de educação diferenciada a partir da vivência do seio familiar, através do diálogo intercultural entre os mais variados saberes. Defendido por Toledo e Bossols (2005), entre crenças (*kosmos*), conhecimento (*corpus*), das teorias e práticas (*práxis*), que possibilitam construir aprendizagens a partir do modo de vida dos educandos, na tentativa de que a educação diferenciada possa contemplar o conhecimento tradicional.

Todo esse conhecimento se funde em uma valorização de tudo que somos, por que muitos das vezes os sistema educacional impostos em nossas comunidades nos distancia de nossa realidade, e o trabalho com a horta medicinal visa essa unificação dos saberes, importante que se enquadra em um espaço etnoeducacional favorável para que novas gerações não se desprendam da sabedoria tradicional, dentro do sistema de crença e curas que envolvem o saber/fazer na utilização das plantas, uma vez que a medicina moderna está presente na comunidade fazendo que os mais jovens busquem tomar medicamentos industrializados sem antes fazer um chá. Nesse sentido, a medicina popular oferece entre muitas possibilidades de ensino referente a interculturalidade das ciências e as plantas medicinais.

Além das ervas que precisam ser cultivadas, existe outras espécies de remédios caseiros que são produzidos a partir das cascas de árvores nativas, geralmente podem ser encontradas no quintal das casas, e outras, às margens dos rios e igarapés, estas não necessariamente precisam ser plantadas, porém para utilizá-las precisam do cuidado para mantê-la no ambiente natural, a exemplo as árvores de maiores postes que são nativas, delas retiramos cascas ou raízes para fazer os chás ou xaropes, essa é a grande riqueza de sociobiodiversidade de nossas comunidades tradicionais, daí a importância da medicina caseira que precisam cada vez da transmissão de conhecimentos e de valorização dos nossos saberes e fazeres tradicionais.

3. JUSTIFICATIVA

Um dos primeiros passos para a elaboração desse projeto foi a partir das entrevistas realizadas nos TCs, trata-se de um trabalho de pesquisa embasado por Thiollent (1986) como

um instrumento de pesquisa-ação que consiste no fato das populações não serem consideradas como ignorantes e desinteressadas. A considerar as relações assíduas do homem com a natureza os valores que fortalece nossas identidades, na qual se fortalece o tema dessa pesquisa em que tivemos á escolher junto a comunidade, esse plano de ação tende a contribuir com a qualidade de vida de nós populações pertencentes a comunidades tradicionais.

Considerando as frequentes relações que as populações de comunidades tradicionais vivem, com os valores socioculturais dentro da tradição transmitida ao longo das gerações, que estabelece o construir de sentidos ao relacionamento do homem com a terra, por um saber que se sustenta na qualidade de vida dos grupos que vivem culturalmente diferenciados dentro de seus próprios costumes e culturas, exercem atividades contrárias das práticas governamentais capitalista, que a partir das invasões estrangeiras em que foram impostas as ideias de desenvolvimento como forma de progressos, produzindo hierarquização sobre os povos, e assim a burguesia procura inferiorizar as populações tradicionais.

Dentre as dimensões que se fazem ao Etnodesenvolvimento, traz para as pautas de discussões sobre acontecimentos que mascaram o etnocídio, como bem conceitua Verdum (2002):

O conceito de Etnodesenvolvimento se formou então como um contraponto crítico e alternativo às teorias e ações desenvolvimentistas e etnocidas, que tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculo ao desenvolvimento, à modernização e ao progresso. (VERDUM, 2002, p. 90).

Partindo, desse conceito de Verdum (2002) é considerável afirmar que os povos e comunidades tradicionais promovem o manejo e a etnoconservação dos recursos naturais, dentre as dimensões que se fazem o Etnodesenvolvimento, a que pretende referenciar os conhecimentos tradicionais, mostrando que existe conhecimento sem que seja o validado pelo científico.

No interior do território das comunidades tradicionais fazem o uso comum dos recursos, onde predominam laços solidários e regras que regem a vida cotidiana, em que o acesso com os recursos naturais para a realização das atividades produtivas é caracterizado pela coesão, em que a noção “tradicional” não está relacionado apenas a historicidade, mas “incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada”, enfatizando uma dinamicidade, e não reduzindo o tradicional a algo estático relacionada a algum ponto fixo no passado.(ANJOS &LEITÃO 2009 p.59)

A construção de hortas medicinais e quintais agroecológicos alcança os lados solidários, aas regras, a crença e a sabedoria tradicional para realização da atividade que incorporam ações e identidade cultural e coletiva, fazem parte da história das comunidades tradicionais, com fins para medicina caseira, forte aliada no tratamento de doenças. A atividade da horta comunitária de plantas medicinais visa propor às pessoas o acesso e a

valorização das atividades femininas, na qual se sustentam as práticas e os saberes tradicionais sobre formas e características que contribuem para a diversidade etnobotânica e de saúde alimentar. Alves e Junior (2014, p.39) descrevem que:

A etnobotânica pode ser definida como o estudo das relações mútuas entre as plantas e culturas humanas, incluindo estudos sobre como as plantas são classificadas, nomeadas, usadas e manejadas, e como sua exploração pelos homens influenciou a sua evolução. Neste sentido, as plantas medicinais são elementares em pesquisas que fundamentem o resgate do conhecimento tradicional em diálogo com o científico, visando à valorização da cultura tradicional e popular da população envolvida. (ALVES e JUNIOR, 2014, p.39).

Pereira e Diegues (2010) destacam que a etnoconservação dos recursos naturais nas características das populações tradicionais, se articula com os conhecimentos na relação de dependência entre ambos, essa relação realça a garantia da sociobiodiversidade das comunidades tradicionais, o que se diferencia desse sistema capitalista e dessa ideia de “progresso” sobre a região Amazônica que suprime as características da vida natural. A etnoconservação é um potencial para proteção dos recursos naturais, que demanda das comunidades tradicionais.

Nosso interesse aqui é pela subárea da etnoecologia, que focaliza sua atenção investigativa nos conhecimentos ambientais do grupo, nas estruturas produtivas, formas e frequências de mobilidade, na cosmologia e nos ritos Religiosos que orientam o uso de conhecimentos e tecnologias. Assim, a etnoecologia vai muito além do simples inventário de nomes nativos de plantas ou de práticas produtivas do grupo, já que procura entender sua adaptação como fundamentada em *sistemas integrados*, dentro de uma lógica própria de transmissão de conhecimento e aprendizagem. (LITTLE, p.41)

Dentro dessa perspectiva de garantia da biodiversidade cultural, baseia-se este plano de ação com as ervas e plantas medicinais, pois, propicia um ambiente de rico conhecimento e saberes, favorecendo um aspecto saudável para natureza e para a saúde das pessoas. Requer garantir também políticas educacionais de Educação Diferenciada no âmbito de atendimentos que respeitem e valorizem os conhecimentos tradicionais.

Verdum enfatiza que essas atividades precisam ser disciplinadas por meio de princípios e normas e diretrizes.

As ações de educação ambiental e a disponibilização de assistência Técnica complementar são imprescindíveis para programas de apoio a projetos socioambientais inovadores com base comunitária. As atividades de prospecção biológica ou etnobiológica precisam ser disciplinadas por meio de princípios, normas e diretrizes. O estabelecimento desses instrumentos, assim como a divulgação e a fiscalização de sua aplicação, contribui significativamente para a proteção da diversidade biológica, para a utilização sustentável de seus componentes, para a garantia dos direitos das populações locais (conhecimento tradicional) e para a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do acesso e da utilização dos recursos genéticos. (VERDUM, 2002, p. 96)

As discussões que Verдум apresenta o Etnodesenvolvimento, base que garante autonomia dos povos e populações de comunidades tradicionais como mecanismo para que possam ser construtores de sua própria independência na sociedade, também é um exercício da capacidade social dos povos, em que instrumentaliza nas lutas e resistência pelo próprio meio de existência. Nesse contexto a medicina tradicional suscitam potenciais da própria cultura, com valores sociais e econômicos pelo fato que as plantas estão ao alcance das famílias, elas garantem poder que se estende de prevenção e a cura, um bem social pelo poder curativo, motivo pelo qual se torna base das indústrias farmacêuticas.

O modelo de saúde hegemônico, vigente na sociedade ocidental contemporânea, está centrado no cuidado focado na doença, na especialidade de partes do corpo humano e no tratamento alopático (1). Cientificamente legitimado, este modelo ignora outras dimensões de saber em que o cuidado segue a lógica da saúde, não se restringindo ao corpo humano, mas à família, à natureza, concretizada pela terra, pelo trabalho e pela seleção e produção de plantas que possuem significado para aquele contexto cultural. (CEOLIN *et al.*, 2010, p. 48).

Partindo, desse pressuposto que os autores identificam, torna-se possível identificar esses sujeitos que tentam restringir o cuidado com a saúde e com os conhecimentos tradicionais, a crença, que está além da dor física ou sintomas no corpo, tudo se inclui dentro das visões cosmológicas dentro da cultura específica de cada grupo.

Essa valorização da identidade coletiva ribeirinha que está vinculada ao uso das plantas medicinais e etnosabres tem um papel importante para o desenvolvimento da educação diferenciada visando a etnoeducação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB - Lei 9.394/96) afirma em seu artigo 1º que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações culturais”.

Assim como, a valorização dos saberes tradicionais sobre plantas medicinais possibilitam ampla discussões, acerca de conjunto de valores alicerçados aos cuidados e o respeitar a biodiversidade existentes. “O Brasil é o país de maior biodiversidade do planeta que, associada a uma rica diversidade étnica e cultural detém um valioso conhecimento tradicional associado ao uso de plantas medicinais” (Política Nacional de Plantas Medicinal e Fitoterápico - (BRASIL, 2016.p.18)).

O Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, que tem por um dos objetivos “promover o desenvolvimento sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios recorrentes do acesso aos recursos genéticos das plantas medicinais e ao conhecimento tradicional associado”. Tais políticas visam o fortalecimento do conhecimento tradicional que se associa ao uso das plantas medicinais, uma característica ancestral das populações indígenas, que ao

longo do processo histórico do nosso país passa por muitas transformações, pelas políticas de “desenvolvimento” do estado nesse processo de industrialização, que os empreendimentos se estabelecem nos meios das populações tradicionais, motivo pelos casos de doenças que se aliam com mundo capitalista, acaba interferindo nos conhecimentos tradicionais.

Para Verdum apud Batalha (2002), o etnodesenvolvimento é a capacidade das comunidades tradicionais ter autonomia quanto busquem ser gestoras de seus territórios e os recursos naturais nele existentes. Cabe ressaltar que o sistema educacional deva contemplar a sabedoria popular com enfoque facilitador na qualidade de ensino aprendizagem. A partir da percepção do curso de Etnodesenvolvimento, que visa formar profissionais que possam atuar e intervir socialmente em sua comunidade de pertença, nesse sentido, eu enquanto população tradicional e discente do curso de Etnodesenvolvimento com experiências adquiridas ao decorrer do curso e líder atuante de comunidade tradicional rural/ribeirinha, na possibilidade de fortalecer o grupo de pertença na afirmação de identidade coletiva e social busquei com esse projeto valorizar a sabedoria tradicional sobre plantas medicinais com o incentivo de fortalecer a agricultura familiar com uma horta comunitária, e proporcionar para a escola da comunidade um incentivo na qualidade de ensino e aprendizagem que possibilite a valorização da cultura do saber local.

Por tanto, a riqueza das plantas medicinais fortalece o sabedoria popular, buscando executar as políticas públicas da medicinal tradicional, o Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, Diretriz 10º que refere-se a “Promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros: 10.4 em apoiar as iniciativas comunitárias para organização e o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e populares. Portanto, atividade com a horta comunitária está amparada nesse decreto para incentivos as políticas da medicina tradicional.

Assim como, o decreto nº 6.040 de 2007 que, estabelece no Art. III que os povos de comunidade tradicionais “usam recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. As transmissões de conhecimentos se transitam em diálogos e ações práticas, sendo comum desde pequenos os filhos acompanharem os seus pais com as atividades.

Portanto, o presente trabalho tem princípio no conceito de Etnodesenvolvimento de Verdum (2002) como um instrumento de reafirmação dos valores culturais, contrária às estruturas sociais de poder capitalista que classifica moderno e riqueza em acúmulo de bens materiais na ideia desenvolvimentistas. Esse plano de ação favorece a riqueza dos bens

naturais que se associa na biodiversidade das plantas medicinais à luz dos conhecimentos tradicionais na valorização cultural da comunidade Menino Deus.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral:

Mobilizar as mulheres da comunidade ribeirinha Vila Menino Deus para implementação de uma horta comunitária para o cultivo de plantas medicinais como um espaço prático de diálogo de saberes que oriente processos de etnoeducação (educação diferenciada).

4.2 Objetivos Específicos:

- Construir uma horta medicinal comunitária visando o fortalecimento dos saberes e conhecimentos tradicionais, na Vila Menino Deus no Rio Anapu;
- Preservar e produzir plantas medicinais e suas matrizes através do cultivo na horta comunitária na Vila Menino Deus, Rio Anapu;
- Discutir os aspectos que medicina tradicional como recurso de atenção primária à saúde na comunidade;
- Fortalecer o trabalho voltado para o coletivo de mulheres;
- Propiciar ações coletivas pela troca de conhecimentos reforçando a sabedoria popular no exercício da etnoeducação;

5 METAS

- ✓ Construção uma horta medicinal comunitária na comunidade Menino Deus.
- ✓ Valorização do uso e práticas da medicina tradicional junto à comunidade e escola;
- ✓ Promoção da medicina tradicional para que esteja ao alcance do ambiente escolar e não escolar através da etnoeducação;
- ✓ Formação de parcerias com as Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Universidade Federal do Pará;
- ✓ Formação e promoção da medicina tradicional para atender a comunidade com medicamentos naturais.

6 MATERIAIS E MÉTODOS

Os saberes tradicionais sobre as plantas medicinais vêm sendo utilizados, desde antes da invasão colonial e até nos dias atuais as plantas medicinais foram sendo utilizadas pelos povos indígenas no processo de cura e em rituais de crença, logo, é notável que a sabedoria popular da cura de doenças sempre esteve desde os primórdios e ainda está presente nas comunidades, mesmo diante do advento dos processos científicos, esses conhecimentos resistem entre as gerações por meio da tradição oral ou na prática de seus saberes e fazeres no seio do convívio familiar e ou coletivo. Os sistemas científicos provocados por ideias desenvolvimentistas e pelo poder aquisitivo, surgem e são colocados como "superiores" numa tentativa de desvalorização do conhecimento tradicional, todavia, não podemos ignorar que a ciência farmacêutica só foi possível graças a experiência popular.

As informações do poder curativo das plantas através da experiência popular, hoje, gradualmente comprovadas pela experimentação científica, têm levado profissionais de saúde a recomendar o uso de vegetais como recurso terapêutico, existem plantas, tidas como medicinais, que são também tóxicas e podem promover efeitos colaterais imprevisíveis. A segurança do uso está, portanto, determinada pela identificação do vegetal através nome científico que, infelizmente, é pouco difundido no seio da sociedade. (PINTO, 2008, p. 29).

Procura-se com a atividade da horta medicinal propiciar a valorização também por parte dos profissionais da saúde que trabalham no posto de saúde da comunidade, que possam fazer essa interação do científico com o tradicional, sendo comuns algumas orientações que vem acontecendo na unidade de saúde por parte dos mesmos.

O Decreto nº 6040 de fevereiro de 2007 que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no paragrafo VII visa “garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características socioculturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional”. As plantas medicinais sempre foram utilizadas, estando presente na vida da comunidade sendo no passado o principal meio acessível de tratamento da população, a partir do conhecimento e uso popular da medicina tradicional.

O surgimento e desenvolvimento da etnoecologia, com seu enfoque holístico e multidisciplinar, permitiram o estudo do complexo integrado pelo sistema de crenças (kosmos), o conjunto de conhecimentos (corpus) e de práticas produtivas (práxis), o que torna possível compreender cabalmente as relações que se estabelecem entre a interpretação e leitura e o uso ou manejo da natureza e seus processos (TOLEDO; BARRERA-BASSOL. 2009, p. 41).

Considerando esse conjunto da sabedoria popular defendido ramo da ciência da etnoecologia que se perpassa pela crença e o conhecimento das práticas, grandes partes das

famílias da comunidade sempre fizeram e ainda fazem uso dos medicamentos naturais, no processo de prevenção, de tratamento e de cura de doenças. É evidente que existem algumas erva e plantas que definitivamente necessitam serem plantadas e cuidadas.

Por outro lado existem também aquelas que encontram-se amplamente disponíveis na localidade por serem de ambientes naturais como é o caso as cascas e raízes de árvores nativas, mas que, para usa-los passam pelo processo do saber-fazer e o conhecimento tradicional irá indicar para que tipo de tratamento e de doença passe a ser recomendado, além de alertar a importância de mantê-la viva em seu habitat natural, fato que ultimamente por conta do monocultivo do açaí acontece a retirada, algumas pessoas que reconhece a utilidade para fins de tratamento conservam, porém se alguém (principalmente os mais novos) que desconhece acaba por retirar por se tratar fazer o manejo da área do açazal.

O trabalho com a horta medicinal abre possibilidades, para um ambiente etnoeducacional, sendo que etnoeducação parte pelo princípio dos valores socioculturais das comunidades tradicionais,

Por consequência, é necessário que as plantas medicinais sejam inseridas no sistema educacional na escola da comunidade que podem ser base de uma transdisciplinaridade. Preocupa-se com o trabalho da horta como um campo de pesquisa para o ambiente escolar, pois um espaço de riquezas que envolvem o meio ambiente, os conhecimentos tradicionais, as espécies da flora vegetal que são as plantas em estudo da etnociência, que embora tenha surgido recentemente, “posiciona-se como caminho alternativo à rigidez científica,(..), mas utilizando-se delas como ferramentas para releituras que propiciem compreensão mais adequada e respeitosa da relação entre humanidade e natureza” (WIECZORKOWKI; PESOVENTO; TÉCHIO, 2018, p. 154), para assim, o conhecimento ser cada vez mais reforçado, proposto como instrumento de ensino buscando contribuir com uma aprendizagem significativa etnoeducacional.

Percebe-se a necessidade de intensificar-se a produção utilizando diferentes técnicas de uso e manejo das mesmas para assim ser possível uma oferta das plantas medicinais em uma farmácia viva, na perspectiva que espera ser alcançada com nosso trabalho da horta medicinal comunitária dentro desse plano de ação participativo.

Nesse sentido, tendo como base o modelo de pesquisa-ação envolvidos nos sujeitos de ação ou intervenção comunitária destaca-se a elaboração desse trabalho como contribuição e valorização dos etnoconhecimentos, garantir a permanência da medicina tradicional, com a execução e manutenção desse plano organizada como uma atividade que visa fortalecer a agricultura familiar de acordo com as etapas abaixo apresentada.

Tabela 1: Etapas, atividades e responsáveis pelo processo.

Etapas	Atividades	Responsáveis
1 ^a	Catálogo das espécies	Grupo de mulheres.
2 ^a	Preparo do local da horta	Grupo de mulheres, comunitários e experientes.
3 ^a	Compostagem e adubos	Grupo de mulheres e comunitários.
4 ^a	Oficinas de preparo e trocas das mudas.	Associação de mulheres do STTR, FASE e experientes.
5 ^a	Mutirão para o plantio	Todos os envolvidos da comunidade.
6 ^a	Manutenção e irrigação	Grupo de Mulheres.
7 ^a	Atividades educativas	Professores, alunos, profissionais da saúde, comunitários experientes e associação de moradores da comunidade.
8 ^a	Promoção da planta viva e medicamentos prontos na comunidade.	Lideranças experientes /parceiros

Fonte: SANTOS, 2020.

7 ETAPAS DOS PLANOS DE AÇÃO

O plano tem a parceria com a Associação de Moradores da Vila Menino Deus (AMOVIMED), com a secretaria de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igarapé-Miri (STTR MIRI).

O processo de desenvolvimento do Plano de Ação e todas as etapas passam pelo saber tradicional em parcerias com os colaboradores, principalmente com as oficinas que visam o cuidado sobre as plantas e ervas ao alcance da produção dos medicamentos caseiros para que se tenha a medicina tradicional e natural e se aprenda novas técnicas de manutenção do produto. Cada etapa gradativamente planejada e articulada com o público responsável.

1º Etapa: Catalogação das espécies

Nessa etapa será realizada uma reunião com as de mulheres que estão colaborando diretamente com o projeto da horta, cada integrante desse coletivo tem relação com a medicina caseira, para catalogar as espécies de plantas medicinais que iremos plantar de acordo com as necessidades mais urgentes no que se refere a tipo de planta, principalmente se for difícil de serem encontradas na comunidade. A saber, serão plantadas as ervas que mais são utilizadas e que precisam de mais cuidado e manejo das espécies.

Isso ocorrerá pelo fato que há uma diversidade de plantas medicinais que são adaptáveis a determinado ambiente em que ocupam grande espaço na terra por se proliferar rapidamente. Além das espécies que vivem amplamente disponíveis na natureza, trabalharemos com a identificação através dos conhecimentos tradicionais, na qualidade de sabermos para que servem e o tipo de tratamento indicado e, como são preparadas. Na catalogação descreveremos as espécies a serem plantadas para que aconteça tudo conforme as

especificidades de cada tipo planta, visando garantir a qualidade do medicamento, plantando separadamente no canteiro de acordo com a evolução de cada espécie. Com as mulheres que estão nesse plano de ação estaremos produzindo o material para plantar as mudas com produtos naturais que não poluem o meio ambiente.

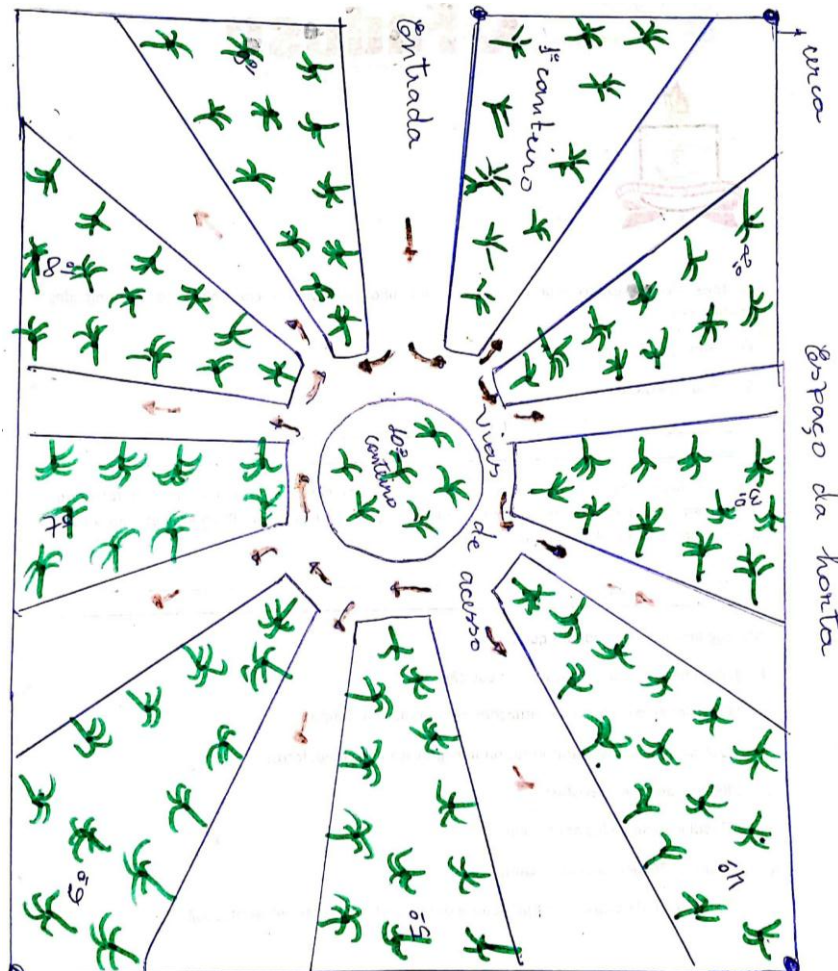
2º Etapa: Preparo do local da horta

Prepararemos a terra para receber as mudas. Essa área foi doada ficará no quintal da casa de uma das mulheres do grupo, a senhora Claudiane Pantoja, moradora da comunidade que tem contribuído nas entrevistas e reuniões no decorrer das atividades do curso. Esse local conta com uma área de 10m de frente e 5m de fundo, isso faz que tenham no total, 10 canteiros, cada um com 3,5m de comprimento e 1m de largura, com a diferença de 1m de espaço entre os canteiros para livre circulação e manutenção de pessoa no exercício do cuidado com a horta medicinal. Por se tratar de horta, essa tarefa torna-se mais determinante porque consiste em deixar o ambiente preparado à produção de mudas para o plantio, cultivo e reprodução das espécies pré-selecionadas no inventário junto a comunidade.

Primeiro acontecerá o pelo processo de roçagem do local, após o local limpo haverá necessidade de cercar para evitar a entrada de animais que possivelmente poderão prejudicar a plantação. Nesse processo mesmo que realizarmos o trabalho de mutirão para deixar o ambiente na base correta, precisaremos de recurso financeiro para executar e deixar, haja vista, que precisaremos de matérias para fazer o cercado de proteção, como podemos observar na tabela 2.

Outra tarefa que iremos realizar com as famílias que não têm residências dentro da vila, e moram as margens do rio, trabalharemos com os quintais produtivos, incentivando as mesmas a produzirem seus tendais para receber as plantas, faremos trocas das espécies e compartilharemos os conhecimentos a respeito do modo de fazer o uso das plantas.

Figura 5: Esboço da horta comunitária na Vila Menino Deus



Fonte: SANTOS, 2020.

3º Etapa: Preparo da compostagem, adubo verde e biofertilizante.

Uma etapa fortemente importante para toda a comunidade o uso dos insumos naturais na produção orgânica dos adubos utilizados na horta medicinal, uma vez que a produção dos adubos verde seja produzida pela própria comunidade oferece relevância maior na produção e na qualidade da medicina natural com os remédios caseiros. Importa registrar que as questões no que se refere ao conceito da agroecologia, segundo Meirelles (2004), é uma construção em diversas áreas do conhecimento, com uma resposta socioambiental, dessa forma como garantia e eficácia da biofertilização, viável em nossa comunidade o uso de adubos produzidos, a partir da decomposição da semente do açaí(caroço), muito utilizado ao longo do tempo nas plantações.

Em outra forma de preparo dos adubos para as plantações que também utilizamos na é a compostagem de folhas seca em contato com o solo, preparado os montantes junto aos que são retirados do processo de roçagem, essa decomposição leva um tempo para que fique

própria para o uso nas plantações, um dos adubos um pouco mais difícil de ser produzido é o esterco de galinha por conta da forma de criar essas aves, pois as famílias criam solta em seus quintais.

Todas essas práticas se consolidam nas discussões da agroecologia e com as atividades das mulheres que fortalece a proposta das organizações do trabalho feminino, numa perspectiva de favorecimento das identidades da relação da natureza viva verde para as comunidades tradicionais com as mulheres agricultoras.

Após o processo de compostagem estando pronto para receber as sementes e mudas das plantas e ervas medicinal, partimos para utilização primeiramente nos paneiros⁸ das sementes e/ou mudas produzidas em cativeiro, ou seja, a mudas que serão produzidas a partir das sementes adquiridas, as espécies ainda possíveis de serem encontradas que necessitam ser colocadas para poder germinar até o tempo determinado para serem inseridas no canteiro. Nessa etapa dispomos de alguns dias para fazer todo esse processo que ocorre de forma parcial.

Dias para cortar o miriti (*buriti*)

Dias para preparar os paneiros.

Dias para conseguir o adubo em pleno uso.

Dias para plantar as sementes.

Dias para regar até seguir o ponto de serem remanejadas do recipiente para o canteiro.

Dada a finalização dessa etapa, importa ressaltar todo esse processo perpassa pelos etnoconhecimentos, com a utilização de recursos naturais, essencial para o desenvolvimento de sustentabilidade que fortalece a produção agrícola, as atividades das mulheres de sustentação a agroecologia com garantia de cuidado com a saúde e favorece a organização do trabalho coletivo, também como campo de conhecimentos e identidades.

4º Etapa: Oficinas de preparação e trocas das mudas

Serão realizadas duas oficinas, essa fase será uma etapa de troca de experiência. Objetivamos realizar uma primeira oficina no mínimo 4 horas, mobilizando as pessoas mais conhecedoras das plantas que curam na comunidade, através das suas experiência e vivências no uso da medicina tradicional. Nessa mesma etapa faremos a troca das mudas, além de doções que irá para o canteiro comunitário. Nesse dia esperamos contar com alguns parceiros,

⁸ Paneiro - espécie de vasilhas produzida com tala da bucha do buriti.

em especial com os membros da secretária de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igarapé-Miri, que contribuirão com o desenvolvimento do projeto. Espera-se com essa oficina incentivar as famílias que não estão diretamente inseridas dentro da horta comunitária a produzirem os seus próprios canteiros em suas residências.

As parecerias acontecem com a UFPA pelo fato que a Faculdade de Etnodiversidade pelo curso de Etnodesenvolvimento na qual demanda da realização desse plano de ação. A parceira com as secretaria das Mulheres do STTR estão em dialogo pelo Núcleo de Base da comunidade e também pelo contato direto com a direção. Assim como estamos organizados pelo próprio Sindicato como a FASE, que desenvolve um projeto com as mulheres da economia feminina e atividades com as cadernetas agroecológicas um trabalho que busca incentivar e mostrar para a mulher produz economia na família, essa organização envolve os quintais produtivos que inclui as plantas medicinais e outros produtos existentes nos quintais.

5º Etapa: Mutirão para o plantio

Para exercício do plantio das mudas diretamente na horta, espera-se que o local esteja completamente adequado e pronto para receber as plantas, a qual contará como uma fase bastante árdua para o projeto, em que consiste em apresentar para a comunidade, algo que fortalece e valoriza a cultura, a diversidade regional, contribui para a etnoeducação na base de educação ambiental. Espera-se que tenhamos ao alcance todas as espécies que almejamos plantar a contar com as experiências já vividas pela oficina de troca de sementes e mudas.

6º Etapa: Manutenção, irrigação e fertilização.

Faremos a manutenção do processo de irrigação, acompanhando o desenvolvimento das plantas, buscando garantir um bom resultado na qualidade da produção, a horta será visitada todos os dias pelo grupo mulheres que estão á frente do trabalho, principalmente, para garantir os procedimentos a serem introduzidos com as ervas garantindo que cresçam de forma natural. Após as horta pronta, para fazer a manutenção o nosso grupo de mulheres irá dividir para o cuidado da irrigação e manutenção da mesma, acertamos que cada dois dias duas mulheres será responsável.

7º Etapa: Atividades educativas com o ensino escolar e não escolar

Objetiva-se que os profissionais da educação possam utilizar a horta para trabalho de campo e pesquisas para os educando como forma de incentivar e propiciar um ambiente com

capacidade de usar uma metodologia de ensino que facilite a aprendizagem e valorize a cultura da comunidade, tende-se também que o profissional de saúde indique os remédios caseiros para tratar algumas situações de doenças.

Em ambientes não escolares trata-se desenvolver atividades nas quais possamos a aprimorar e incentivar a utilização da medicina tradicional.

8º Etapa: Promoção das plantas medicinal viva e medicamentos prontos na comunidade.

Etapa importante para em que contaremos com diversas variedades de plantas medicinais pela implantação da horta a servir toda a comunidade, a partir desta pronta, pensa-se a oferta da plantas medicinais viva, assim como, os medicamentos prontos como; colocar as garrafadas, as infusões entre outros medicamentos que necessariamente são manipulados pelo conhecimento tradicional de pessoas experiente que fazem a partir das plantas de forma correta e natural pronta para o consumo, assim como garantir o tratamento com chás e sucos produzido a partir das folhas verdes e secas de maneira natural das plantas preparadas e adequadas ao alcance de toda a comunidade atendendo as necessidades de cada membro e especificidades de tratamento.

Para que tais expectativas sejam alcançadas procura-se nessa fase fazer uma oficina que contaremos com a participação de lideranças experientes da comunidade, que trabalham com produção dos medicamentos de forma natural com durabilidade e garanta eficácia do tratamento natural, pois, através da medicina caseira existam outras fontes de como, por exemplo, produzir sabonete íntimo a partir das plantas medicinais, nessa etapa se concretiza o trabalho da horta medicinal para propiciar resultados positivos de ações coletivas, dotados de conhecimentos que busquem proporcionar na comunidade oficinas de ensino aprendizagem, a garantir a qualidade da medicina tradicional.

Importa destacar que o presente trabalho de pesquisa será recomendado para publicação em revista, nesse sentido faz-se necessário que toda e qualquer forma de colaboração e parceria esteja vinculada a publicação dos resultados parciais ou finais deste trabalho sob a sua autoria e a minha orientação. Nesses termos, recomenda-se que seja anexado o termo de compromisso assinado pela colaboradora especificando qual tipo de parceria com este projeto e forma de colaboração. Recomenda-se que neste Termo de Compromisso seja declarado que em caso de publicações de qualquer ordem, será dado

reconhecimento da autoria/co-autoria de Maria da Conceição dos Santos e Reinaldo de Souza Marchesi, orientador do projeto.

Mão-de-obra.

Sabe-se que para a implantação e condução da horta medicinal exige boa disponibilidade de mão-de-obra, assim como matérias para a efetivação da mesma, com ou em maior proporção nas diferentes etapas da manutenção, de acordo com as diferentes épocas do ano, ou seja, entre o inverno e verão, haja vista, no período de inverno tempo chuvoso na comunidade colabora para existência e crescimento muito intenso de outras espécies de plantas nativas ao qual por aqui chamamos de mato, para evitar que sufoque as erva medicinais será necessária a manutenção do ambiente, motivo pelo qual fica decido entre o grupo que, a cada dois dias uma pessoa é responsável á fazer essa tarefa, assim será produzido calendário distribuído entre as membras do grupo para que nada venha a faltar na assistência e no cuidado com a horta.

No caso específico, uma horta com este perfil de ser comunitária exigirá de uma a duas horas de voluntários na condução após a implantação, motivo pelo qual faz-se necessário serem convidadas a participarem do projeto pessoas experientes com a atividade da medicina caseira e o cuidado com as ervas, entre outros membros interessados em aprender na prática como conduzir uma horta medicinal. Dentre os princípios básicos da agricultura orgânica que serão utilizados a adubação (composto orgânico e esterco), adubação verde, cultivo, plantio direto, manejo de pragas, alternativos sem risco para o meio ambiente, havendo possibilidade de consorciação de culturas.

8 ORÇAMENTO

A tabela indica o orçamento de alguns materiais necessário para construção da horta medicinal comunitária.

Tabela 2. Materiais Utilizados e Orçamento

CRONOGRAMA ORÇAMENTÁRIO			
Itens	Quantidade	V. Unitário (R\$)	V. Total (R\$)
Enxada metálica com cabo	05	R\$ 5,42	R\$ 227,10
Pá curva com cabo	05	R\$ 34,90	R\$ 174,50
Pá grande com cabo	05	R\$ 36,71	R\$ 183,55
Sacho (cultivador duplo) com cabo	05	R\$ 43,99	R\$ 219,95
Rastel metálico (com cabo)	05	R\$ 57,91	R\$ 289,55
Foice curva com cabo	02	R\$ 61,38	R\$ 122,76

Terçado (facão)	10	R\$ 50,61	R\$ 506,10
Mangueira p/ irrigação	200 m	R\$ 149,90	R\$ 299,80
Carrinho de mão (metal)	02	R\$ 203,55	R\$ 407,10
Luvas de borracha	10	R\$ 29,48	R\$ 294,80
Botas de borracha	10 pares	R\$ 44,90	R\$ 449,00
Trena 20m	01	R\$ 59,00	R\$ 59,00
Regador	05	R\$ 25,00	R\$ 125,00
Sombrite	50 m	R\$ 189,52	R\$ 189,52
Plástico preto	50 m	R\$ 5,60	R\$ 280,00
Esterco de aves	250 kg	R\$ 16,00	R\$ 4.000,00
Madeira rústica p/ cercado.	20 dúzias	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00
Madeira rústica p/ coberta	10 dúzias	R\$ 60,00	R\$ 600,00
Roçadeira	01	R\$ 2.900,00	R\$ 2.900,00
TOTAL GERAL			R\$ 21.814,21

Todos os valores apresentados foram contabilizados através de pesquisa via internet, objetivando a melhor relação de custo-benefício em relação aos produtos com maior durabilidade. Vale ressaltar que esse é o material básico para o começo das atividades, todavia, no processo poderá haver novas necessidades e custos a serem readequados.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Tabela 3: Cronograma

ATIVIDADES	Dez. 2020	Jun. 2021	Ago. 2021	Set. 2021	Out. 2021	Nov. 2021	Dez. 2021	Jan. 2022	Fev. 2022	Dez. 2022
Atividades educativas na comunidade		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Catologação das espécies locais	X									
Preparo do local da horta		X	X							
Construção da composteira		X	X							
Oficinas de preparo e trocas das mudas			X				X			
Mutirão para o plantio			X				X			
Manutenção e irrigação			X	X	X	X	X	X	X	X
Oficinas para manipulação de plantas										X

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entrar em uma Universidade Pública como a UFPA é uma grande conquista e também uma vitória, principalmente porque nós que somos de comunidades tradicionais as oportunidades sempre nos foram limitadas, por tanto, as políticas de ações afirmativas fruto de lutas das comunidades tradicionais, oferece possibilidades de garantia de direitos para que possamos lutar em prol de um bem comum. O curso de Etnodesenvolvimento proporciona novos horizontes que integrados com o ensino, pesquisa e extensão nos desperta á debater e

questionar, na qual nossa luta se consolida nas intervenções políticas de projetos capitalistas que se instalam em nossos territórios com essa ideia “governamentista” de desenvolvimento.

O curso de Etnodesenvolvimento com seu enfoque facilitador de instrumentalizar os acadêmicos (as), para atuarem em suas comunidades fortalecidas nos embates políticos, com uma visão de Etnodesenvolvimento na qual se deve fortalecer a coletividade, proporcionou a direcionar nossa atenção a nossa própria existência, de ser e de pertencer ao mundo, fazendo uma autorreflexão nesse contexto sociocultural no exercício da cidadania de direitos e deveres.

Portanto, a cada aprendizado, ou seja, cada disciplina estuda em acompanhamento com os/as atividades de TC, contribui com um compromisso que faz frente aos desafios que se perpassam em nossas comunidades, assim como, a cada incentivo de valores e potencialidade que temos como comunidade tradicionais

Todavia a realização desse trabalho Nós moradores da Comunidade Menino Deus com vasto conhecimento sobre a vida ribeirinha emergidos em conjuntos de práticas tradicionais, com ênfase as plantas medicinais acumula uma riqueza dessas práticas que se estende do modo de cultivar realizado nos quintais e tendais ao modo de preparo principalmente pelas pessoas mais idosas. O modo de ensinar e indicar o uso de remédios caseiros prática bastante comum, dar-se a importância da concretização da horta medicinal, para que essa transmissão de saberes não venha desaparecer. Sabe-se que o mundo tecnológico tende-se a impactar no modo tradicional por conta dos mais jovens estarem inteiramente ligados a esses usos.

Portanto, dada a consolidação da horta dentro a ecologia de saberes tradicionais sobre as plantas medicinais dignifica o fortalecimento e dos valores socioculturais, assim como se discute os valores das mulheres sendo elas as principais detentoras desse conhecimento intrínsecos com o cuidado e nos tantos atributos que recebemos, abre a possibilidades com o coletivo em diálogo com a economia feministas, pois se prestamos a tantas atividades no dia-a-dia que são invisíveis porque foram a nós atribuídas e que cabe á nós o papel de desmistificar a lógica aceitação passiva, e se apropriar disso tudo e declarar nossa garra em favorecimento a nós.

A utilização das plantas medicinais por vezes é mais imediata forma de prevenir e tratar sintomas de enfermidades. No decorrer da realização dos TCs em que tratava sobre o tema saúde na comunidade, diversos relatos foram citadas sobre alguma espécie medicinal, porém foram levantados relatos do quanto já houve mudanças ocasionados pelo redução do plantio das ervas.

Quero dar relevância, para os dias atuais, durante esse tempo que vivencia a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), na qual diversas pessoas foram afetadas por esse vírus na comunidade, uma das formas que as famílias enfrentaram a doença foi com remédios caseiros, apesar de que nada se possa provar sobre esse vírus, mas foi garantido que os chás e sucos da medicina caseira tenham certa eficácia no combate a esse tipo de infecções.

Os conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais são extremamente importantes para combater e prevenir de muitas doenças em nossa comunidade. O conhecimento tradicional mantém vivo saberes milenares e por esse motivo deve-se incentivar a sua transmissão. Vale ressaltar que este trabalho é extremamente importante acerca dos saberes que são produzidos e vivenciados, através das crenças, dos costumes, do respeito com a vida, com o meio ambiente, além de fazer parte da memória da comunidade, com valores, espirituais por conta dos conhecimentos empíricos emergidos nas experiências de fé que não se restringe somente ao uso das plantas, mais em princípios antropológicos de estar com saúde ou estar doente.

Dessa forma, se concretiza uma experiência da minha vida, na inter-relação com o mundo acadêmico, pois percebi não foi somente uma formação acadêmica pela qual passei, está muito além, parece-me que descobrir o lado invisível das coisas, modo como somos tratados diante dessa sociedade egocêntrica, os valores de nossas existências serem indiferentes nesse mundo de consumo em que os valores são inversos prevalecido de riqueza e bens como o capitalismo “selvagem” que deterioriza a vida natural e perceber isso com o curso de Etnodesenvolvimento, traz o sentimento de revolta ao mesmo tempo em que nos motiva a edificar nossas forças e defender a vida para que não vivamos uma nova inconstitucionalidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. G. C. & SOUTO, F. J. B. **Etnoecologia ou Etnoecologias? Encarando a diversidade conceitual.** Recife: Nupeea. p. 17-39, 2010

ANJOS, J. C. & LEITÃO, L. **Etnodesenvolvimento e Mediações Políticas Culturais no Mundo Rural.** Ed. UFRGS. Porto Alegre: 2009

BRASIL. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinal e Fitoterápico.** Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BUCHIILET Dominique. **A antropologia da doença e os sistemas oficiais de saúde: 1ª Edição** – 1991. p. 21-44

COPORAL, F. R. & AZEVEDO, O. E. **Princípios e perspectiva da agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Paraná. 2001

_____. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

DI STASI, L. C. **Plantas medicinais verdades e mentiras: o que os usuários e os profissionais de saúde precisam saber**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

DI STASI, L. C.; HIRUMA-LIMA, C. A. **Plantas medicinais na Amazônia e na Mata Atlântica**. 2. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Editora UNESP, 2002

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder** Cartes, savoir et pouvoir: ed Confins Número 5 (2009)

JÚNIOR, A. J. V. & VARGAS, I. A. **Saberes Tradicionais sobre plantas medicinais: interfaces com o ensino de Botânica: Imagens da Educação**, v. 4, n. 3, p. 37-48, 2014.

LANGDON, E. J. & WIJK, F. B. **Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde**. Rev. Latino-Am. Enfermagem 18(3): [09 telas] www.eerp.usp.br/rlae.mai-jun.2010.

LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). **Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas**. 2002, p. 7-28.

LITTLE, Paul E: **Etnoecologia e direitos dos povos: Elementos de uma nova ação indigenista**.

MENESES, Maria Paula G. **Medicina Tradicional, Biodiversidade e Conhecimentos Rivais em Moçambique**. Depto de Arqueologia e Antropologia, Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique.

MEIRELLES, Laerso. **Soberania Alimentar Agroecologia mercados locais**. Agriculturas-v-1, p. 13-14, 2004

NOSELLA, Paolo. **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil**. Ed. EDUFES: Vitória. 2014.

PEREIRA, B. L. & DIEGUES, A. C. 2010. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva de etnoconservação**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 22, p. 37 – 50.

PINTO, Lucianna do Nascimento. **Plantas medicinais utilizadas por comunidades do município de Igarapé-Miri, Pará: etnofarmácia do município de Igarapé-Miri - PA**. 2008. 103 f. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Saúde, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas.

SILVA, D. O. *et,al* .**Plantas medicinais como proposta interdisciplinar no segundo segmento da educação de jovens e adultos**. Ed. Revista Monografias Ambientais - REMOA Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria ED. ESPECIAL IFMT - Licenciatura em Ciências da Natureza - v.14, 2015, p.184-198 e-ISSN 2236 1308 - DOI:10.5902/2236130820454.

TOLEDO, V. M & BOSSOLS, N. BARRERA. **A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais**. Ethno ecology: A Post-Normal Science Studying the Traditional Knowledge and Wisdom. Editora UFPR. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação** (Coleção temas básicos de pesquisa-ação). Ed. Cortez: Autores Associados, São Paulo: 1986.

TEOLIN, Teila *et al*. **Plantas medicinais: transmissão do conhecimento nas famílias de agricultores de base ecológica no Sul do RS**. Ed. rev Esc Enferm USP ; 45(1):47-54 2011.(www.ee.usp.br/reeusp/)

WIECZORKOWKI, J. R. S.; PESOVENTO, A.; TÉCHIO, K. H. Etnociência: um breve levantamento da produção acadêmica de discentes indígenas do curso de educação intercultural. **Revista Ciências & Ideias**. Vol. 9, n.3 – set/dez, 2018.

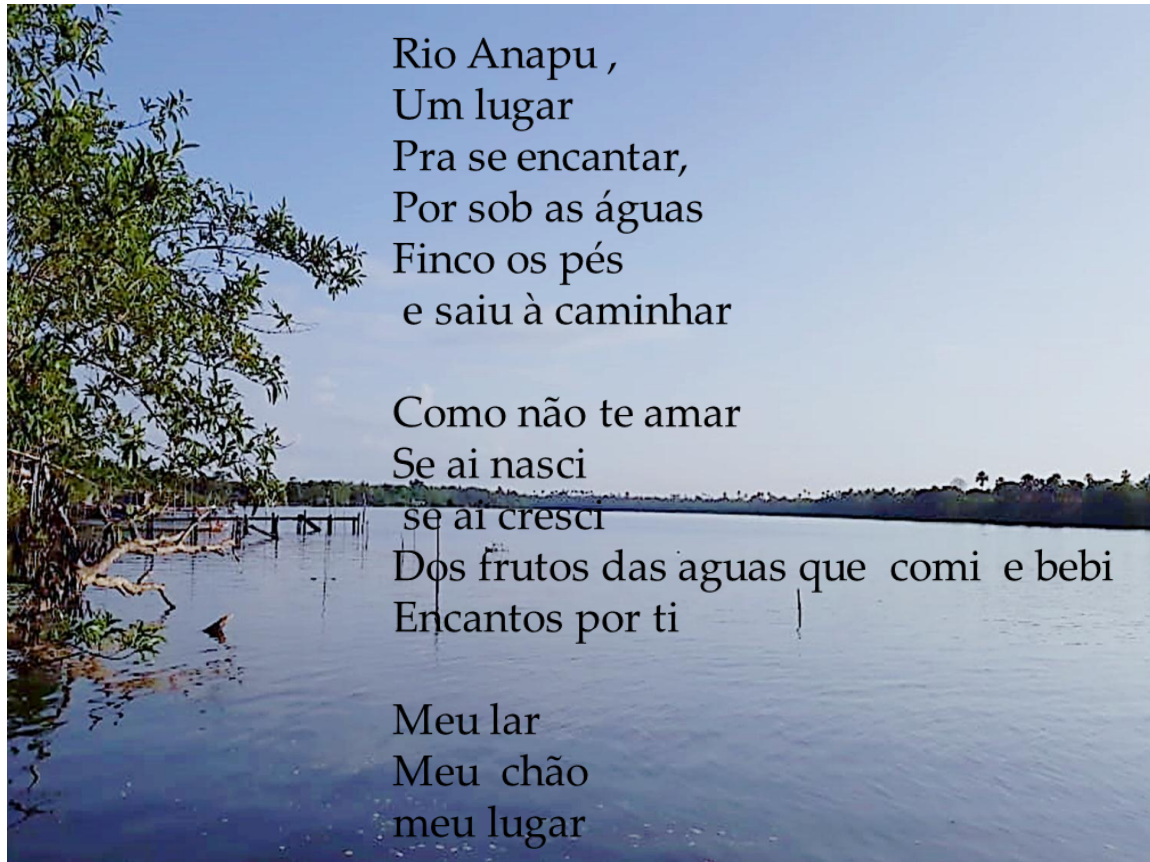
VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos**. p.87-101, 2002.

ANEXOS

Assinatura do coletivo de mulheres que estão participando do projeto de Construção da Horta Medicinal Comunitária na Comunidade Meminho Deus.

1. Erica Clemência Miranda dos Santos.
2. Adriana de Almeida Castro
3. Elziane Moraes de Castro
4. Maria Cléa Miranda dos Santos
Ana Cláudia
Elaine M. dos Santos
Deussuete Zorzeira de Miranda
Patrícia dos Santos Ferreira
maria de Nazare morais
Danzita dos Santos Ferreira
Sandra Portinho Santo

ANEXO II. Minha identificação com o rio Anapu.



ANEXO III. HOMENAGEM A RUBIANE

